

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Esquerda e Direita no Brasil: Fatores explicativos do posicionamento ideológico do eleitorado

Marcondes de Sousa Araújo Júnior

Mestrado em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Agosto, 2021

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Esquerda e Direita no Brasil: Fatores explicativos do posicionamento ideológico do eleitorado

Marcondes de Sousa Araújo Júnior

Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Agosto, 2021

Agradecimentos

Aos meus pais, Margarida Alacoque Tavares e Marcondes de Sousa Araújo por terem me dado o norte da educação. A minha irmã, Larisse Tavares de Araújo por sempre acreditar no meu melhor.

A minha querida companheira Josephina Theresa Lima de Medeiros que acima de tudo é uma grande amiga, e que nos momentos mais difíceis veio com palavras de amor, incentivo e perseverança.

Ao meu Filho Noah Marcondes Lima de Medeiros a quem entendo o sentido do que é o amor.

Ao meu orientador José Santana Pereira com suas valiosas indicações que fizeram toda a diferença, e com críticas duras, porém, construtivas ao meu amadurecimento intelectual.

Aos meus colegas do curso de Ciência Política do ISCTE-IUL pelas inúmeras trocas de ideias e ajuda mútua.

A todo o povo da América Latina.

Meus mais sinceros agradecimentos a cada um de vocês.

"Os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias" (Norberto Bobbio - 2000).

Resumo

Esquerda e Direita no Brasil: Fatores explicativos do posicionamento ideológico do eleitorado

Esta dissertação tem como objetivo entender quais são os fatores que explicam o posicionamento ideológico do eleitor brasileiro, com foco em seus valores socioeconômicos, morais e religiosos, relativos à *nova política* e na sua base social, visando compreender as suas preferências políticas. A partir da análise dos dados recolhidos pelo Latino-barômetro, foi observado que os eleitores brasileiros sabem de forma intuitiva o significado dos termos, dado que o seu posicionamento não apresenta forte ancoragem social ou valorativa, independentemente do seu grau de escolaridade, o que nos leva a afirmar que não entendem com total clareza os seus significados.

Palavras-Chave: Esquerda e direita; Ideologia; Valores políticos; Bases Sociais; Nova política, Brasil.

Abstract

The Left and the Right in Brazil: Explanatory factors for the ideological positioning of the electorate

This dissertation aims to understand the factors that explain the ideological position of the Brazilian voters, focusing on their socioeconomic, moral and religious values, relating to the new policy and their social status, in order to understand their political preferences. From the analysis of the data collection carried out by the Latin barometer, we observed that Brazilian voters only intuitively know the meaning of the terms, as their positioning has no anchoring in social or value stances, which leads us to assert that they do not fully understand its meanings.

Key words: left and right; ideology; political values; social basis; new politics, Brazil.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ESQUERDA E DIREITA: REVISÃO DE LITERATURA	3
1.1 As bases do posicionamento na dicotomia esquerda-direita	6
1.1.1 Bases sociais.....	6
1.1.2 Valores socioeconômicos, morais e religiosos, pós-materialismo e nova política	8
1.2 Esquerda e direita no Brasil	12
CAPÍTULO II – DESENHO DE PESQUISA	18
2.1 Objetivos do estudo	18
2.2 Hipóteses	18
2.3 Dados e Procedimentos Estatísticos	21
CAPÍTULO III – RESULTADOS	23
CONCLUSÕES	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

Índice de Figuras

Figura 1. Relação entre nível de escolaridade e posicionamento ideológico.....	23
Figura 2. Relação entre classe social subjetiva e posicionamento ideológico	24
Figura 3. Relação entre nível socioeconómico e posicionamento político.	25
Figura 4. Distribuição do posicionamento político pela variável “aborto se justifica?”	26
Figura 5. Distribuição do posicionamento político pela variável casamento de pessoas do mesmo sexo.	26
Figura 6. Tolerância ao aumento de impostos ou endividamento para financiar obras de infraestrutura.	27
Figura 7. Tema mais importante para o desenvolvimento do país.	28
Figura 8. Imigrantes competem por postos de trabalho.	29
Figura 9. Deveria existir Lei para evitar a entrada de imigrantes no país.....	30
Figura 10. Países ricos devem aceitar imigrantes de países pobres	30

Índice de Quadros

Quadro 1. Estrutura da velha política entre a velha esquerda e a velha direita	9
Quadro 2. Estrutura da nova política	10
Quadro 3. Variável dependente: Operacionalização.....	18
Quadro 4. Variáveis independentes: bases sociais (operacionalização)	19
Quadro 5. Variáveis independentes: Valores	20
Quadro 6. Relação entre Auto Posicionamento, Bases Sociais e Valores para Indivíduos com Escolaridade Média-Baixa.	31
Quadro 7. Relação entre Auto Posicionamento, Bases Sociais e Valores para Indivíduos com Escolaridade Alta.	32

INTRODUÇÃO

Durante a Revolução Francesa, os representantes da alta burguesia, enquanto ocorria a Assembleia Nacional Constituinte, ficavam – fisicamente – à direita do trono do Rei, ao passo que, ao lado esquerdo, encontravam-se os menos favorecidos, aqueles que eram contra os privilégios da nobreza (Bobbio, 1995; Jost et al., 2008; Hobsbawm, 2010). A partir dessa configuração, como forma de simplificar a comunicação entre as ideologias políticas e seus eleitores, com o passar do tempo, os termos esquerda e direita foram consolidados como ferramenta para classificar os posicionamentos ideológicos dos partidos políticos, dando origem à dicotomia representada pela divisão entre os que são de esquerda e os de direita.

Entretanto, essa simplificação traz alguns problemas elementares. No final do século XIX, na França, existiam, de maneira interna, vários movimentos intitulados com o viés de direita. Além disso, ocorreram diferentes clivagens políticas para outros países, e um outro dilema diz respeito à difusão dessa dicotomia como meio de interlocução política, uma vez que alguns países, como os Estados Unidos da América, usam nomenclaturas diferentes daquelas usadas por países como França e Alemanha. Por fim, outro problema que essa simplificação trouxe diz respeito a uma pluralidade de orientações políticas de temas análogos que são tomadas por grupos políticos, com o mesmo viés ideológico, em períodos distintos da história (Eatwell, 1992; Freire, 2006).

Não obstante, vale ressaltar que autores como Fukuyama (1982) e Bell (1960) explanaram que tínhamos chegado ao *fim da história*, e Seymour Lipset (1997) e Raymond Aron (1962) explicavam que as ideologias teriam desaparecido, no que se refere à dicotomia esquerda e direita, assim como sua aplicabilidade mobilizadora nas sociedades pós-industriais. Porém, o que se observou foi o surgimento de outras formas ideológicas adicionadas por vieses ideológicos tidos como *velhos*, como explicado por Gerring (1997), que buscou, através da ciência política, associar novos conceitos ao termo ideologia, enfatizando que não existe uma nomenclatura engessada, e, sim, uma junção de termos que percorreram a história da humanidade.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo compreender os fatores que explicam o posicionamento ideológico dos eleitores brasileiros, nomeadamente seus valores socioeconômicos, morais e religiosos, relativos à nova política e a sua base social. A partir desses valores e fatores sociais, procuraremos identificar se existe uma baixa correlação com o posicionamento ideológico do eleitor brasileiro, e apresentar prováveis adversidades

quanto ao auto posicionamento dos inquiridos, verificando a congruência entre o posicionamento na díade e os fatores citados.

A relevância desta pesquisa advém do fato de demonstrar que o posicionamento no espectro esquerda-direita é um de vários fatores importantes para a compreensão do voto no Brasil, para além do conteúdo da agenda pública do país e motivações pessoais (Figueiredo, 1991).

Vale ressaltar que, no campo da política, a opinião pública não é fácil de se avaliar, e há discussões acadêmicas que buscam o melhor método de mensurar tal empreitada. Segundo Kinder (1998), Bryman (1989) e Freire (2006), existem dois métodos de estudo para explorar o significado ideológico de esquerda e direita para os eleitores. Kinder (1998) explana que o melhor meio de analisar a opinião pública se dá por meio de análises empíricas. Para Bryman (1989), os inquéritos têm sua relevância porque se baseiam numa técnica de amostragem representativa da população. Freire (2006) explica que o primeiro daqueles métodos é questionar os indivíduos de maneira direta a respeito da matéria, e o segundo recorre a dados de inquérito, sendo utilizado para entender as semelhanças entre os antecedentes causais e os sentidos do espectro ideológico. Nesta dissertação, foi adotado o segundo método.

Faz-se importante mencionar que nesta pesquisa foram utilizados dados secundários recolhidos através de inquéritos realizados pelo Latino-Barômetro, no ano de 2015. A dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O primeiro analisa as origens históricas dos conceitos de esquerda e direita, desde seu surgimento até aos dias de hoje, a sua relevância para o comportamento eleitoral e o significado dessa divisão, demonstrando as relações entre o posicionamento ideológico dos eleitores em três grandes tipos de fatores. Em seguida, é feita uma análise sobre a esquerda e a direita no Brasil. No segundo capítulo, apresentam-se as perguntas de investigação a que este trabalho pretende responder, bem como a operacionalização das variáveis aplicadas na investigação. Após o capítulo que apresenta os resultados da análise empírica, procede-se à discussão relativa aos padrões observados.

CAPÍTULO I – ESQUERDA E DIREITA: REVISÃO DE LITERATURA

A esquerda e a direita, como conceitos que retratam grupos opostos, teve seu surgimento na Revolução Francesa, movimento que manifestou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade para toda a sociedade francesa.

Para Norberto Bobbio (1995), a dicotomia esquerda-direita tem sido aplicada por mais de dois séculos para indicar as diferenças ideológicas entre movimentos conflitantes. Foi na Revolução Russa de 1917, segundo Hobsbawm (2010), que se deu início às verdadeiras batalhas ideológicas no campo globalizado entre esquerda e direita, dando movimento de ação entre planos econômicos, sociais e disputas eleitorais pelo mundo – o que inclui o Brasil também. Por conseguinte, antes de prosseguir, é necessário definir o conceito de ideologia.

Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia é construído a partir da noção de *falsa consciência*. Em escritos posteriores, no entanto, a teoria marxista amplia esse conceito e argumenta a respeito das variadas formas ideológicas através das quais os sujeitos adquirem consciência da vida (Lowy, 2015; Larrain, 1983; Mullins, 1972; Nogueira, 2015). Para Mézaros (2011) e Konder (2002), de acordo com Marx, a ideologia aparece como uma categoria pejorativa, que implicaria, em última instância, uma ilusão. Há, portanto, duas linhas de conceituação no que se refere à ideologia na teoria marxista. Uma delas se fundamenta em um sentido mais restrito, associado à falsa consciência, e outra criada a partir das análises de Lenine, em que a ideologia seria considerada como um conceito mais amplo e estaria ligado à lógica da visão de mundo em seu sentido mais amplo.

Lane (1962) explana que as escolhas políticas no meio social surgem a partir de elementos ideológicos. Por outras palavras, existe um arcabouço ideológico político que permite que o cidadão comum possa entender e se movimentar dentro do espectro ideológico.

Diante do contexto apresentado, faz-se importante mencionar que o termo ideologia pode ser definido como: um sistema de crenças políticas; um conjunto de ideias políticas orientadas para a ação na conquista ou para a preservação do status quo de um certo grupo; a visão do mundo de uma determinada classe ou grupo social; ideias políticas que dão corpo ou articulam interesses de classes que situam o indivíduo no seio de um determinado contexto social e geram um sentido de pertença coletiva (Willems, 1961; Gauchet, 1997; Heywood, 2003).

Sendo assim, diante desses conceitos, adotaremos a concepção de ideologia como sistemas de crenças às quais os eleitores recorrem para compreender a política e orientá-los em suas ações. Além disso, tomaremos que, para os eleitores, a ideologia serve como atalho para

resumir uma linguagem, encurtando a compreensão para a participação política. Com base numa análise de âmbito internacional sobre a dicotomia esquerda-direita, Benoit e Laver (2006) asseveram que existe uma grande quantidade de conteúdo de política substantiva nas quais as pessoas, geralmente, consideram natural associar-se ao espectro de esquerda ou de direita na política.

Roger Eatwell (1992) explica que existem pontos de abordagens basilares sobre a direita - análise histórica; interpretação alicerçada pelos debates das ciências sociais e o uso do *modelo filosófico essencialista*, em que se busca uma prática filosófica comum a uma pluralidade de vieses de direita – e isto ocorre da mesma maneira na esquerda. Assim, a partir da maneira como é apresentada essa nomenclatura, entende-se que estamos diante de uma dicotomia que visa a localização e a simplificação de crenças políticas complexas situadas nesses dois eixos (Heywood, 2003). Isso se dá, principalmente, quando observamos sociedades e culturas diferentes, mas, por outro lado, existem particularidades em certos países que se assemelham em conteúdos e formas (Klingemann, 1990; Inglehart, 1997).

Para Eatwell (1992), é a partir das contradições internas existentes no comportamento essencialista da direita e da esquerda que se pode compreender essa dicotomia, assim como a pluralidade de pensamentos existentes em cada uma. Contudo, ele explica que existem dois problemas basilares nessa abordagem essencialista, a saber: as concepções utilizadas em conceitos unilineares quanto à competição política não seguem só uma direção, e, sim, existem múltiplas características; as representações que envolvem e abarcam a competição política são alçadas por ideologias e precisam de enquadramentos mais complexos. Nesse contexto, cientistas sociais têm enfatizado que dentro da dicotomia esquerda-direita existe uma elasticidade para poder abranger a multidimensionalidade existente na competição política (Inglehart, 1976; Laponce, 1981; Gauchet, 1997; Neves, 2005; Freire, 2006). Sendo assim, a ideologia não ficou estática com o passar do tempo e sempre esteve em transformação, juntamente com os espectros ideológicos da esquerda e da direita, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial (Inglehart, 1976; Knight, 1985; Singer, 2000).

As mudanças sociais que ocorreram na França abriram espaço para a reforma na área social e econômica. O extenso apoio da população ratificou a necessidade de organizar uma Assembleia Nacional Constituinte, dando início à elaboração da primeira Constituição Francesa. Silveira (1998) explica que, no decorrer da concepção desta Constituição, os assentos do plenário foram posicionados de forma que nos da direita do rei encontravam-se os Girondinos, grupo com perfil conservador e que procurou preservar seus privilégios. Os

representantes da baixa burguesia estavam posicionados à esquerda, sendo denominados de Jacobinos. Esse grupo lutava por melhorias sociais.

Naquele contexto, o significado da divisão entre esquerda e direita concretizava-se em três áreas: domínio político, matéria econômica e área social. Na esfera política, a esquerda se guiava pelo viés republicano, com uma defesa do sufrágio universal, já a direita procurava a conservação da monarquia. No contexto econômico, a esquerda buscava a ruptura com o monopólio econômico, e a direita procurava manter o seu status quo a partir do arquétipo feudal. Por último, na área social, a esquerda era laica, e entendia que a razão e a liberdade de cada ser humano eram mais relevantes que a religião; já a direita tinha como escopo manter a tradição religiosa da Igreja, assim como o absolutismo do rei enquanto representante de Deus na terra (Cahen, 1970; Hobsbawm, 2010; Eatwell, 1992).

No século XIX, na Europa, a diferenciação da esquerda e direita passa a ser consequentemente liberalismo e conservadorismo (Tarouco e Madeira, 2011). Com o movimento operário ganhando força e a propagação das ideias marxistas, a esquerda defende proteções sociais ao proletariado, e a burguesia começa a integrar a direita em razão da defesa do capitalismo (Tarouco e Madeira, 2011). Já em 1930, com as ideias do keynesianismo e a política de bem-estar social, fortificou-se a contraposição entre o Estado como interventor e a liberdade do mercado na economia, o que levou o liberalismo para o campo da direita (Hobsbawm, 2010; Eatwell, 1992; Singer, 2000; Tarouco e Madeira, 2011).

Com o surgimento do nazifascismo na Europa, atrelado a uma geopolítica no contexto mundial no pós-Segunda Guerra Mundial, além do Welfare State, a Guerra Fria entre o bloco capitalista e o socialista foram implicações que determinaram diretamente nas construções ideológicas do arcabouço da esquerda e da direita no mundo (Hobsbawm, 2010; Eatwell, 1992; Tarouco e Madeira, 2011). Entretanto, essas conjunturas na esfera política levaram a análises confusas e por vezes errôneas, principalmente no que diz respeito a alianças políticas partidárias, o que fez surgir uma dificuldade em determinar os significados de esquerda e direita (Singer, 2000; Tarouco e Madeira, 2011).

A partir da análise bastante difundida por Bobbio (1995), torna-se possível destacar alguns detalhes e possibilidades ao argumento apresentado que se encontram em um nível mais basilar, o qual é constituído por visões de mundo diferentes (e possivelmente antagônicas) fundamentadas em uma outra dicotomia: igualdade versus desigualdade. O campo ideológico da direita se orienta na direção de uma certa compreensão da desigualdade pela lógica natural, havendo, assim, uma aceitação dessas desigualdades como inerentes às sociedades humanas. Por outro lado, os posicionamentos que se encontram à esquerda seriam orientados por outra

visão de mundo, a qual compreende as desigualdades como um problema a ser enfrentado, identificando a necessidade da construção de uma ordem social igualitária. Essas tendências são gerais e possuem gradações e variações no interior do espectro de cada um desses posicionamentos: mais à esquerda ou mais à direita.

Além disso, a esquerda caracteriza-se por ter um papel positivo na redução da injustiça e da desigualdade social, já a direita percebeu que, após a democratização, que o Estado havia perdido o controle, e defende sua atuação de forma mínima, garantindo a ordem pública, além de propor que o mercado regule a economia (Singer, 2000; Bobbio, 1995; Bresser-Pereira, 2006).

A divisão da dicotomia esquerda e direita foi caracterizada por Laponce (1981) a partir dos seus componentes centrais e periféricos, tais como aceitação do arcabouço religioso e social (direita); isonomia das conjunturas de vida (esquerda). Já para as características periféricas, a direita existe para a direita a partir de características como o passado, os EUA e a manutenção do status quo, ao passo que, para a esquerda, tende-se às particularidades do futuro, a URSS e a mudança.

Freire (2006) explica que é possível diferenciar os moderados dos extremistas dentro de cada bloco ideológico. Isto é, os movimentos *igualitários* e *autoritários* estão na extrema-esquerda. Já o *socialismo liberal*, a *social-democracia*, *libertaria*, e *igualitária* estão no centro-esquerda. Os *libertários* e *inigualitários* estão no centro-direita, e os *anti-igualitários* e os *antiliberais* estão na extrema-direita.

1.1 As bases do posicionamento na dicotomia esquerda-direita

Nesta seção, versaremos sobre a análise de estudos que se debruçam sobre os fatores que explicam o posicionamento no espectro esquerda/direita.

1.1.1 Bases sociais

Falar de bases sociais de uma ideologia é necessariamente falar de clivagens. Lipset (1997) explica que existem quatro tipos de clivagem. Para ele, quando houve a *Revolução Nacional*¹ originou-se o conflito político que se traduziu na divisão entre Estado-Igreja, ou Religiosidade-Secularização. Além disso, a *Revolução Nacional* deu origem a outra cisão, desta vez entre os campos do *centro* e da *periferia*, o que fez com que as periferias tomassem atitudes

¹ A revolução nacional foi a construção do que conhecemos como estados-nação, ou seja, encadeamentos que levaram a uma unificação política, cultural e administrativa.

de negação diante dos projetos direcionados à uniformização de minorias linguísticas, ou seja, povos sem expressão política. Já devido à *Revolução Industrial*² surgiram outras fragmentações: Urbano-Rural e Capital-Trabalho, e alguns partidos políticos agrários surgiram nesse processo de clivagem devido à defesa dos seus interesses rurais. Freire (2006) explica que a clivagem capital-trabalho representa os confrontos entre os trabalhadores contra os patrões, para obter melhores proteções trabalhistas, de modo que os trabalhadores se opunham à arbitrariedade dos patrões. Nesse contexto, surgiram também os sindicatos nacionais, os partidos socialistas e comunistas.

Dependendo da posição social do eleitor e dentro de um determinado sistema de clivagens, ele pode se enquadrar em um espectro político partidário. Dito isso, o eleitor que pertence à classe trabalhadora pode votar em partidos e políticos de esquerda, já os indivíduos religiosos têm uma tendência a votar em partidos conservadores ou de direita (Singer, 2000; Oskarson, 2005; Tarouco e Madeira, 2011).

Por conseguinte, nos anos 60 e 70 ocorreram transformações nas organizações dos partidos políticos ocidentais, o que repercutiu em suas prioridades de valores, ocasionando uma mudança em suas agendas políticas. Tais mudanças fizeram com que surgissem novos partidos políticos e, conseqüentemente, uma nova orientação ideológica para com os partidos que tinham um viés mais tradicional (Inglehart, 1997; Kitschelt, 1995). Dessa maneira, como expõem Inglehart (1997) e Kitschelt (1995), o eixo dicotômico esquerda-direita, no que diz respeito à ideologia e suas identidades políticas, não segue as clivagens tradicionais dessa década. Entretanto, vale ressaltar que, ainda de acordo com esses autores, a *nova esquerda* tem mais proximidade com a velha esquerda, em diversas pautas políticas, do que a velha direita com a *nova direita*, particularmente no que se refere aos temas como igualdade e ordem social instituída.

Contudo, Inglehart (1997) explica que entre a *nova esquerda* e a esquerda, e do mesmo jeito entre a *nova direita* e a direita, existe uma perceptível delimitação. Inglehart (1997) e Kitschelt (1995) ressaltam que a esquerda tradicional angariava, na maioria das vezes, um eleitorado com um perfil socioeconômico mais baixo, já a *nova esquerda* procura seduzir, além disso, gerações com comportamento e pensamento mais voltados para o pós-materialismo, pessoas mais novas, com nível educacional mais alto e provenientes das novas classes médias.

² Hobsbawm (2010) explica que a revolução industrial que ocorreu na Grã-Bretanha criou uma das maiores divisões sociais opostas e antagônicas: a burguesia capitalista e o proletariado. Isto tudo devido ao desenvolvimento de novos mecanismos tecnológicos que foram utilizados na produção, gerando uma rápida produtividade no trabalho, o que ocasionou novos comportamentos sociais, políticos e culturais no mundo.

A direita tradicional tinha como objetivo atrair cidadãos com um padrão socioeconômico mais elevado, com um viés mais religioso e com características mais próximas ao eixo do capital. Já a *nova direita* tende a captar eleitores conectados à pequena burguesia tradicional e com menor integração religiosa, com perfil xenófobo e intransigente com homossexuais (ver Quadros 1 e 2).

Vale ressaltar, como é explicado por Przewoski (1989), que é fundamental analisar o comportamento eleitoral individual considerando os efeitos provocados pela atuação dos partidos políticos em suas bases sociais, observando-se as estratégias que são adotadas por eles. Assim, é possível compreender que o comportamento político dos sujeitos só pode ser devidamente analisado em sua totalidade a partir de uma complexa articulação histórica concreta desses conflitos assinalados. Isto porque os aspectos específicos se transformam em causas de atos de cada indivíduo quando estes estão inseridos em uma determinada estrutura social, que possui imposições no que se refere às relações políticas, sociais e econômicas.

Assim, entendemos que o peso relativo dos fatores sociais é importante para explicar o auto posicionamento dos indivíduos na dicotomia esquerda-direita. De tal forma, surge a necessidade de medi-las com base numa tripla dimensão: as divisões sócio estruturais e as suas expressões organizacional e identitária (Freire, 2006). Nesta dissertação, contudo, por motivo de disponibilidade de dados, focamo-nos apenas na primeira dimensão. Assim, o vetor estrutural das bases sociais da ideologia refere-se às posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social e como esse posicionamento se relaciona com as posições ideológicas dos inquiridos.

1.1.2 Valores socioeconômicos, morais e religiosos, pós-materialismo e nova política

No que se refere à discussão sobre valores socioeconômicos, morais e religiosos, cabe salientar que, com frequência, ocorre uma confusão quanto às categorias que envolvem a moral e os conjuntos de valores. Esses aspectos são de suma importância para que se possa compreender de maneira mais aprofundada a complexidade que envolve e permeia esses processos e os posicionamentos políticos em um determinado contexto social, econômico e político.

Há necessidade, portanto, de assinalar que, de acordo com Heidegger (1998), compreende-se o conjunto de valores e moral a partir da noção de *ethos*, que está conectada à noção de comportamento, costumes, hábitos e modos de ser dos sujeitos. A categoria moral, por outro lado, se refere a costumes, normas e leis, conforme argumenta Weil (2012). Assim,

quando tratamos desta dimensão da moralidade e do conjunto de valores, estamos nos referindo às regras e condutas socialmente produzidas e reproduzidas de diferentes formas.

Para Barton e Barton (1984), os valores morais e religiosos são normas e princípios que podem ser caracterizados como certos ou errados, incluídos em uma sociedade com o intuito de assegurar o funcionamento da vida em sociedade. No Quadro 1, apresentamos exemplos de valores que constituem os sistemas associados à esquerda e à direita tradicionais, bem como as bases sociais dos eleitorados que se posicionam à esquerda e à direita neste *continuum*.

Quadro 1
Estrutura da velha política entre a velha esquerda e a velha direita

	Velha Esquerda	Velha Direita
Valores Socioeconômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de melhores condições de vida para todos; • Estado como meio para efetivar a melhoria das condições de vida população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida intervenção do Estado; maior importância do mercado; • Objeção à igualdade econômica e social.
Valores Morais e Religiosos	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção laica: entendimento que a razão e a ação humana são o meio transformador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de que o mundo teve origem a partir de uma ordem sagrada; • Afirmação do ordenamento social existente, e das autoridades seculares e religiosas.
Bases Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos seculares oriundos de classes sociais baixas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos oriundos de classes sociais médias e altas mais integradas no mundo religioso.

Fonte: Adaptado de Freire (2009).

A direita defende a forte valorização do mercado; dela decorre um Estado com pouca intervenção nas esferas econômicas e sociais. Já a esquerda baseia-se na ideia de que o Estado deve ter um papel ativo no desenvolvimento de certos objetivos sociais, nomeadamente nas condições de vida e dos ensejos das classes sociais mais desamparadas (Bobbio, 1995; Singer, 2000; Freire, 2006). Há, portanto, de forma explícita, posicionamentos conflituosos e antagônicos que se orientam sob diferentes perspectivas que, sobretudo, revelam visões de mundo essencialmente diferentes. Além disso, pode-se destacar as diferentes concepções de Estado. A valorização do mercado se baseia na lógica das privatizações e de um Estado que intervenha minimamente na economia, cumprindo papel de mediador, e não de provedor, como em um Estado social (Laponce, 1981; Fuchs e Klingemann, 1990; Freire, 2006). No entanto, alguns autores sublinham a importância da afirmação de novas esquerdas e direitas também do ponto de vista valorativo (Quadro 2).

No Quadro 2 encontram-se as definições sobre a *nova política*, de acordo com o que postularam Inglerhart (1997) e Freire (2006), onde são incluídos valores materialistas e pós-materialistas.

Quadro 2.
Estrutura da nova política

	Nova Esquerda	Nova Direita
Novos Temas (Nova Política)	<ul style="list-style-type: none"> • Preocupação com o meio ambiente; • Reivindicações dos direitos objetivos e subjetivos das mulheres; • Paridade de direitos para grupos de minorias sexuais; • Partidária da paz entre os povos; • Atuação dos indivíduos na gestão e decisões políticas do país, assim como na administração das corporações realizadas pelos funcionários; • Abertura à imigração e seus respectivos direitos; • Críticas ao Estado burocrático; • Globalização mais humanizada, com vistas as melhorias políticas, ambientais, socioeconómicas e com mais paridade entre os indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exaltação e defesa de líderes autoritários; • Conservação do status quo social; • Contrária ao aborto, e à igualdade entre grupos minoritários e majoritários; • Xenofobia; • Correlaciona liberalismo económico com autoritarismo étnico; • No contexto da globalização, usa o protecionismo econômico visando defender o mercado interno.
Bases Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos jovens, com alta escolaridade e oriundos da classe média; • Cidadãos com níveis débeis de religiosidade; • Pessoas pertencentes a uma minoria étnica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma reduzida fatia da burguesia, bem como operários que estão nas camadas mais inseguras da sociedade; • Cidadãos com baixo nível de integração religiosa; • Pessoas que pertencem a um grupo de maioria étnica

Fonte: Adaptado de Freire (2009).

Mas como ocorreu esta afirmação da nova política? Nas palavras de Ronald Inglerhart: “An individual’s priorities reflect the socioeconomic environment: one places the greatest subjective value on those things that are in relatively short supply” (Inglehart, 1997, p. 68). Ademais, Inglerhart (1997) também elucida que, com o passar do tempo, o indivíduo começou a ter o desejo de tomar parte dos assuntos públicos de um modo mais ativo e direto, o que fez com que esse sujeito se aproximasse mais do conceito pós-materialista. Trata-se do que ele chama de intervenção cidadã na política, tendo o indivíduo se preocupando com conteúdo ligados à sua auto expressão. Nesse sentido, o pós-materialismo está ligado, também, a ocupações, manifestações e boicotes, isto é, ações políticas não convencionais.

Inglehart (1997) propõe que os indivíduos que foram criados em ambientes com maior proteção social, com abundância de bens materiais, assim como num lugar de paz, dão mais ênfase à qualidade de vida, à valorização do meio ambiente, à realização pessoal e profissional. Estes pontos são caracterizados como valores pós-materialistas. Em resumo: gerações que nasceram em sociedades pós-modernas ou pós-industriais, principalmente depois de 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial), apresentam uma tendência maior à desconfiança e à crítica a autoridades políticas, tornando-se, assim, sujeitos mais participativos em deliberações políticas. Contudo, vale destacar que, para Inglehart, as populações adultas não iriam ter tantos efeitos relevantes, mesmo depois de períodos de crescimento e prosperidade econômica, e que esses efeitos do pós-materialismo seriam verificados somente por indivíduos das próximas gerações.

Durante os anos 70, Inglehart propõe o eixo de valores materialistas e pós-materialistas, conhecidos nos tempos atuais como modernos e pós-modernos. Com base nessa mudança, na plataforma dos novos partidos políticos da esquerda não existem somente temas pacifistas e ambientalistas, e, sim, temas como o aborto, a homossexualidade, a imigração e maior participação dos trabalhadores nas deliberações das empresas. Em contrapartida, os novos partidos políticos da extrema-direita apareceram com políticas pouco diferentes, ou acrescidas de novos valores diversos da direita tradicional: políticas econômicas liberais, xenofobia relacionada aos imigrantes, ideias contra o aborto e avessas aos homossexuais. Kitschelt (1995) explica que a nova política está ligada às orientações *libertárias* e *autoritárias*. Por um lado, a *nova esquerda* apresenta atributos que defendem a melhor distribuição de renda, mas também a preocupação com o meio ambiente, políticas sociais, qualidade de vida e autonomia nas deliberações políticas e culturais, ao passo que a *nova direita* está ligada aos ideais autoritários, como limitações à diversidade social e à autonomia individual. Esses dois termos são caracterizados como *nova política*.

Na América Latina e em especial no Brasil por terem uma experiência tardia da industrialização e conseqüentemente atraso na modernização, juntamente à enorme desigualdade social, pode ter ocorrido o favorecimento do efeito contrário do que aconteceu em outros países europeus, os quais vivenciaram o pós-materialismo de maneira mais enfática (Burni, Claret e Fraiha, 2014). Assim, Inglehart e Carballo (2013) esclarecem que na América Latina existe uma zona cultural, de certa forma, homogênea, o que evidencia valores analogamente semelhantes para vários temas, com características culturais tradicionais que têm uma forte influência dos países da Europa católica, como Portugal, Espanha e Itália, o que reflete uma ligação econômica, religiosa e histórica próxima desses países.

1.2 Esquerda e direita no Brasil

A discussão que permeia as noções de direita e esquerda no âmbito político brasileiro são complexas e envolvem uma série de questões que suscitam análises diversas. De acordo com Tarouco e Madeira (2011), os eleitores brasileiros não sabem a diferença entre direita e esquerda. Isso fica evidente, segundo estes, nas alianças eleitorais firmadas nos mandatos dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Isso porque as alianças firmadas nos governos mencionados mesclavam partidos e posicionamentos de esquerda e direita, em uma aparente dissolução dessa dicotomia. Conforme aponta Giddens (1996), esta possível dissolução dos conceitos pode ser observada em diversos países, e está associada a uma sensação cada vez mais significativa de uma certa indiferenciação ideológica, tanto no que se refere ao senso comum quanto aos partidos políticos e discursos midiáticos. Sobre isso, é necessário enfatizar que não se trata de um acontecimento exclusivo do Brasil, tendo ocorrido também em outros países. Peter Mair (2001) explica que na Itália, por exemplo, a primeira coalizão chamada de *L'ulivo (A Oliveira)* juntou o ex-Partido Comunista com o Partido Democrata-cristão, cuja rivalidade serviu para definir os parâmetros do sistema partidário italiano de 1948 até 1990. A Irlanda recentemente também testemunhou uma coalizão entre Fianna Fáil e Labor, e entre Fine Gael e a esquerda democrática. Na Espanha, a coalizão catalã transferiu o apoio do Partido Socialista ao Partido Popular.

O Brasil enquanto Estado independente tem cerca de 200 anos de existência. No primeiro reinado (1822 – 1831) não existiam propriamente partidos políticos e, sim, *facções*, que tinham como dissemelhança os que eram contra o imperador e os que eram a favor. No segundo reinado (1840 – 1889) existiam dois partidos: o liberal e o conservador, que apenas alternavam o poder (Faria, 2013; Lamounier, 1975). O período que compreendeu os anos de 1889 até 1930 ficou conhecido como a primeira república, nesse ínterim surgiram alguns partidos políticos, porém, o destaque foi o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB), que tinha como escopo derrubar o capitalismo através de uma revolução do proletariado, além de forte apelo para os sindicatos. Em 1930 surgiu a Aliança Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Luís Carlos Prestes, o qual era conhecido como o símbolo da extrema-esquerda no Brasil, e surgiu nesse período a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, e que tinha como inspiração ideológica o fascismo italiano de Mussolini. Nesse mesmo período, em 1937, o Presidente Getúlio Vargas extinguiu todos os partidos políticos, caçou e prendeu políticos por meio da instauração do Estado Novo (Reis, 1978; Hippolito, 1985; Brandão, 1997).

No período que vai de 1964 até 1985, o Brasil passou por um regime militar que teve seu início em 27 de outubro de 1965. O presidente da república, através do ato institucional número 2, cassou mandatos de deputados e tinha como poder convocar eleições indiretas; um mês depois foi instituído o Ato Complementar número 4, que determinou o bipartidarismo e proibiu o termo *partido*, que foi substituído pelo termo associações. Assim surgiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o suporte para o regime militar, e existia o Movimento Democrático brasileiro (MDB), que era uma espécie de *oposição leal* ao regime militar. Somente em 1979 o Congresso Nacional acabou com o bipartidarismo e voltou ao multipartidarismo (Reis, 1978; Souza, 1988; Singer, 2000). Surgiram nessa época partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de centro-direita, Partido da Frente Liberal (PFL/DEM), de centro, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de esquerda, Partido Democrático Trabalhista (PDT), de esquerda, Partido Popular (PP), de centro, e, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda e que tinha como base social a classe operária (Benevides, 1989; Brandão, 1997; Singer, 2000; Faria, 2013).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o fim por completo da ditadura militar, houve a livre criação de novos partidos políticos, assim como uma nova organização dos que foram cancelados, cassados e extintos. Ademais, com o fim do regime militar no Brasil, a diáde esquerda e direita tomou forma com a liberdade dos partidos políticos, principalmente de esquerda, ao expressarem seus ideais. Como consequência, surgiu o termo *direita envergonhada*³ pós-regime (Souza, 1988).

Na política atual brasileira, os partidos políticos têm uma relação de proximidade e distanciamento com a ditadura. Por exemplo, o PP e o DEM (antigo PFL) foram defensores da ditadura, já o PMDB e o PSDB se intitulavam como de *centro*, os quais constituíram uma oposição ao regime autoritário. Já o PT e o PDT eram partidos claramente de esquerda, com uma atuação clandestina, os quais foram perseguidos pelo regime (Singer, 2000; Tarouco e Madeira, 2011). Partidos como PDS/PPB/PPR/PP e PFL/DEM⁴ hoje consideram-se de *centro*, como tentativa de desvincular sua imagem à do antigo regime ditatorial (Power e Zucco, 2009). Os partidos políticos citados serviram como indicadores para a atual configuração do multipartidarismo brasileiro. Durante os anos 90, foram colocados na agenda política brasileira

³ Essa nomenclatura diz respeito aos legisladores que tinham um desconforto em estarem atrelados a legenda do regime militar. Portanto, a conexão com o rótulo “direita” no período militar causou uma reação negativa em vários meios, principalmente na classe política no período da redemocratização. (Rodrigues, 1987 e Zucco, 2011).

⁴ Partido da Defesa Social (PDS); Partido Progressista Brasileiro (PPB); Partido Progressista Brasileiro (PPB); Partido Progressista Reformador (PPR); Partido Progressista (PP) e Democratas (DEM).

temas como privatização e desregulamentação da economia, esses vinculados à dicotomia direita-esquerda (Singer, 2000; Tarouco e Madeira, 2011).

Quando analisado o posicionamento dos partidos políticos da América Latina, em seus diversos valores, Wiesenhomeier e Benoit (2007) observam várias dimensões que constituem temas estruturantes da agenda política. Em geral, as questões econômicas são as mais salientes; A privatização é considerada a dimensão mais importante em 5 países (Brasil, Guatemala, Paraguai, Uruguai e Venezuela), desregulamentação em 3 países (Argentina, Chile e Peru), assim como a cooperação econômica (Costa Rica, República Dominicana e Panamá) e a questão da globalização (Bolívia, Brasil e República Dominicana) (Wiesenhomeier e Benoit, 2007).

Entretanto, estudos feitos no Brasil constataram que a maioria do eleitorado não possui um bom nível de conhecimento ideológico partidário (Tarouco e Madeira, 2011). Singer (2000) e Silveira (1998), contudo, explicam que, ainda assim, o eleitorado brasileiro detém uma ideia abstrata sobre o significado dos termos esquerda e direita, e que uma grande parcela desse eleitorado não sabe de fato explicar o real significado desses termos. Os referidos autores esclarecem ainda que os eleitores se identificaram de forma coerente, mesmo que intuitivamente. Dessa forma, isso pode ser explicado pelo auto posicionamento simbólico (Carreirão, 2002; Oliveira e Turgeon, 2014).

Ainda sobre esse ponto, para os eleitores brasileiros, as nomenclaturas que cercam o mundo político não têm um significado claro; às vezes existe uma simpatia com algum termo, sem obrigatoriamente saber o seu real significado (Singer, 2000). Almeida (1998) exemplifica que existe uma maior aceitação do termo direita do que esquerda. Para ele, o eleitor brasileiro entende que a palavra *direita* está associada a algo certo e justo e não exatamente à concepção ideológica.

O que dizer do impacto da ideologia no voto? A perspectiva sociológica, durante um longo período, teve uma grande notoriedade no estudo do comportamento do eleitor brasileiro. Diversos estudos foram apresentados para entender a relação entre o estatuto socioeconômico dos cidadãos e as opções partidárias (Leal, 1975; Wenffort, 1980). Mesmo esses estudos, ao longo do tempo, foram verificando que não havia nenhuma conexão entre as escolhas partidárias e a situação socioeconômica de cada eleitor.

É aqui que entra a janela de oportunidade da ideologia. Converse (1964) explica que a ideologia deve ser capaz de restringir (*constraint*⁵) o eleitor em seu comportamento político,

⁵ Converse utilizava da constrição como fusão para unir as diversas opiniões dos eleitores, contudo, explicava que somente os indivíduos mais instruídos obtinham êxito em juntar as ideias com atitudes, enquanto as populações em geral tinham um sistema de crenças sem lógica.

de modo a promover suas ações políticas. Quando um indivíduo se diz de esquerda ou de direita, então sua atitude e predileções políticas devem figurar em concordância com a sua ideologia. Assim, quando existe uma conexão entre preferências políticas e ideologia tem-se uma constrição. Nesse sentido, é esperado que se tenha constrição entre as ações políticas dos indivíduos com a ideologia. Converse (1964) explica ser imprescindível que a ideologia auxilie no arcabouço da concepção política do eleitor para que tenha resultados sobre a preferência política e seu respectivo voto. Contudo, ele esclarece que entre os indivíduos com baixa sofisticação política a constrição não existe. Ele acredita que a conexão entre preferências políticas e posicionamento ideológico é limitada ao cotidiano da elite política. Assim, a ideologia demanda ao sujeito um certo nível maior de sofisticação política.

Há cerca de duas décadas, Singer (2000) procurou demonstrar a importância do posicionamento no espectro esquerda-direita para a decisão de voto no Brasil. O mesmo estudou as eleições presidenciais brasileiras de 1989 e 1994. Nesses dois eventos saíram vitoriosos Fernando Collor de Mello, do campo da direita, pelo Partido da Renovação Nacional (PRN), e, Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, no campo da centro-esquerda. Nestes dois períodos eleitorais, é de destacar o papel polarizador de Luís Inácio Lula da Silva, candidato de esquerda pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o qual ficou em segundo lugar em ambas as disputas eleitorais.

A ideologia foi medida através do posicionamento do eleitor no espectro esquerda-direita. Singer (2000) observou que 60% do eleitorado brasileiro desconhecia o sentido clássico atribuído aos termos esquerda e direita. Ainda assim, o autor destaca que o voto para presidente se encontrou associado à localização do eleitor nesta escala.

Pelo contrário, dentro da conjuntura da política brasileira, Tarouco e Madeira (2011) explanam que a ideologia não pode relacionar-se com as atitudes e os comportamentos dos eleitores brasileiros, pois faltam bases educacionais, informacionais e institucionais, além do que é tido como o principal motivo, que é o próprio interesse dos indivíduos em se informar. Além disso, uma explicação para esse panorama seria a desarmonia entre as ações dos parlamentares e o estatuto dos partidos políticos.

No Brasil, não existe uma posição muito clara dos partidos políticos, o que acaba fazendo com que os eleitores não saibam diferenciar as terminologias ideológicas dos partidos, isto é, não houve uma consolidação dessas agremiações no sentido de tornar acessíveis as posições, com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), quando ganharam a primeira eleição em 2002, com Lula para presidente (Singer, 2000; Samuels e Lucas, 2011; Oliveira e Turgeon, 2010).

Nos anos 90, Silveira (1998) defendeu que a influência das mídias eletrônicas e do *marketing* político fez surgir o eleitor não-racional, de forma que ele assimila, pelas mídias, a imagem que precisa para votar em um determinado candidato, fazendo com que seu voto seja decidido por uma série de princípios e valores, com os quais busca analisar a postura dos candidatos durante sua exposição pelos *mídias*. Contudo, Singer (2000) explica que, em suas pesquisas realizadas nos anos eleitorais de 1989 e 1994, o eleitor conseguiu se localizar na dicotomia esquerda e direita, o que acarretou grande influência na escolha do voto em determinados candidatos. Para Leal (1975) e Wenffort (1980), o eleitor brasileiro tende a ser manipulado por líderes populistas e clientelistas, uma vez que esse eleitor detém um baixo grau de escolaridade e estruturação ideológica.

Carreirão (2002) realizou uma relevante pesquisa a partir da utilização de inquéritos feitos para compreender as dinâmicas envolvidas nas eleições presidenciais brasileiras entre os anos de 1989 e 1998. De acordo com os resultados obtidos pelo pesquisador, determinadas imagens políticas envolvendo atributos pessoais dos candidatos, tais como experiência e honestidade, foram percebidas como aspectos centrais no que se refere às decisões sobre o candidato. Carreirão (2002) enfatiza a importância de imagens que envolvem a lógica que permeia o ideário de um candidato que seja visto como defensor dos interesses do povo, e que se conecte com uma certa sofisticação política como sendo imprescindível para compreender minuciosamente o comportamento eleitoral.

O voto, de acordo com Carreirão (2002), está atravessado por determinações diversas que envolvem qualquer tendência que ocorra no período que antecede o processo eleitoral, assim como os fatos que ocorrem no decorrer deste mesmo processo. Tal indicador aparece de forma evidente no modelo de comportamento político observado e sistematizado por Downs (1999). Segundo este modelo, as reflexões que envolvem o processo de decisão do voto sugerem um comportamento por parte do eleitor que se assemelha com o de um consumidor. Ou seja, o voto seria guiado por uma racionalidade que visa ao aumento de benefícios e diminuição de custos, sendo, portanto, regido por uma lógica racional de ganhos e perdas. De acordo com a análise do referido autor, a ideologia teria a utilidade de uma arma na disputa pelo poder pelos partidos.

A escolha do posicionamento político por um determinado candidato envolve também a sua conexão com atitudes políticas, que seria compreendida como a avaliação positiva ou negativa, e que teria ligação (ou ao menos deveria ter) com um determinado partido, programa governamental, ou mesmo a uma política pública (Schwart e Bohner, 2001; Freire, 2005). É fundamental enfatizar que, de acordo com Turgeon e Rennó (2010), tal atitude política envolve

aspectos afetivos e/ou cognitivos e se configuram, muitas vezes, com atitudes que já estavam na cabeça dos eleitores. O que esses autores afirmam é que é comum que os posicionamentos políticos já estejam previamente consolidados com base em elementos cognitivos. Por isso mesmo trata-se de uma questão de alta complexidade.

Ao longo desta secção, portanto, foi apresentada, além do breve panorama histórico da política brasileira, a ideologia, e que o voto e os demais comportamentos do eleitor brasileiro seriam, assim, escolhas aproximadas das diretrizes guiadas através de conjunturas informacionais para escolher seus governantes. Nesse ínterim político-histórico brasileiro, destaca-se a ínfima mobilização partidária, além de o sistema eleitoral ser mais focado no candidato do que propriamente no debate entre a dicotomia esquerda e direita. Nesse cenário, surgem dúvidas sobre o fato de o eleitorado brasileiro apresentar uma elevada correlação entre fatores sociais e valorativos e o modo como se posiciona na escala esquerda e direita. Essas dúvidas nos levam à problemática desta dissertação, abordada em maior detalhe no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – DESENHO DE PESQUISA

2.1 Objetivos do estudo

O objetivo desta pesquisa é o de entender o posicionamento do eleitor brasileiro dentro da dicotomia esquerda-direita, a partir dos valores socioeconômicos, morais e religiosos e da nova política, assim como os fatores sociais (na sua dimensão sócio estrutural). Tendo em vista responder a este problema, deseja-se testar as hipóteses apresentadas em seguida através da análise dos dados de inquérito recolhidos pelo Latino-barômetro em 2015.

2.2 Hipóteses

No que diz respeito aos fatores sociais e o seu impacto no posicionamento ideológico dos indivíduos, Freire (2006) explica que existem três componentes básicos para esse posicionamento: 1) os valores individuais, 2) a posição dos indivíduos na estrutura social, e 3) a identificação partidária. Tendo em conta o contexto em estudo, consideramos expectável que os fatores sociais tenham um forte poder explicativo sobre a orientação esquerda-direita dos eleitores brasileiros (Hipótese 1). Em concreto, testa-se o papel explicativo da classe social subjetiva, do nível de escolaridade e do nível socioeconômico dos inquiridos no posicionamento que estes assumem numa escala em que 0 significa “esquerda” e 10 “direita” (ver operacionalização das variáveis dependente e independentes nos Quadros 3 e 4).

Quadro 3

Variável dependente: Operacionalização

VARIÁVEIS	PERGUNTAS	ESCALAS
Posicionamento Ideológico	(A) Em política, se fala normalmente em esquerda e direita. Em uma escala, onde 0 significa “esquerda” e 10 significa “direita”, onde o(a) sr(a) se situaria?	0 = ESQUERDA 10 = DIREITA

Nota: Elaboração Própria com base no questionário do Latinobarômetro.

Segundo Freire (2006), os valores socioeconômicos têm, geralmente, maior importância na estruturação da ideologia dos indivíduos que os valores morais. Lukács (2013) explica que todos os valores surgiram a partir do processo social, sem exceção, e que os valores econômicos constituem um princípio ontológico de todas as relações sociais. Assim sendo, os atributos que

constituem os valores socioeconômicos podem mudar a vida de um determinado indivíduo a partir da esfera econômica, fazendo com que ele tenha ascensão ou queda social, e tal mudança de paradigma pode fazer com que os valores morais se alterem, colocando, dessa maneira, que os valores morais podem ser estabelecidos pelos valores socioeconômicos. Seguindo essa linha, buscaremos identificar no caso brasileiro qual sistema de valores tem mais relevância para explicar o posicionamento no espectro esquerda-direita dos indivíduos brasileiros. Consideramos expectável que os valores socioeconômicos tenham um maior poder explicativo sobre o posicionamento na escala esquerda-direita do que os valores morais e religiosos (Hipótese 2). A operacionalização dos valores socioeconômicos e morais é apresentada no Quadro 5.

Quadro 4
Variáveis independentes: bases sociais (operacionalização)

VARIÁVEIS	PERGUNTAS	ESCALAS
Base social estrutural	(A) As pessoas algumas vezes se descrevem a si mesmas como pertencendo a uma classe social. O(a) sr(a) se descreveria como pertencendo à classe ?	1 – Alta; 2 – Média Alta; 3 – Média; 4 – Média Baixa; 5 – Baixa
	(B) Nível de escolaridade dos inquiridos	1- Analfabeto; 2- 1o grau incompleto (1a a 8a série – incompleto) ; 3- 1o grau completo (1a a 8a série – completo) ; 4- 2o grau incompleto (1a a 3a série do colegial – incompleto)/ Técnico incompleto ; 5- 2o grau completo (1a a 3a série do colegial – completo)/ Técnico completo ; 6- Superior incompleto ; 7- Superior completo ; 8- Especialização; 9- Mestrado; 10- Doutorado
	(C) Avaliação do nível socioeconômico do entrevistado: avalie tomando como referência a qualidade de moradia, a qualidade do mobiliário e a aparência geral do entrevistado	1- Muito bom; 2 – Bom; 3 – Regular; 4 – Ruim; 5 - Muito ruim

Nota: Elaboração Própria com base no questionário do Latino barômetro.

Inglehart (1976), Knutsen e Scarbrough (1995) explicam que a literatura sobre o impacto da “nova política” entre a dicotomia esquerda e direita significa um enfoque nas orientações pós-materialistas para os indivíduos que estão à esquerda. De tal maneira, esperamos que os cidadãos brasileiros situados à esquerda do espectro ideológico tendam a apresentar valores mais pós-materialistas do que aqueles que se posicionam à direita (Hipótese 3). A operacionalização dos valores pós-materialistas é apresentada no Quadro 5.

Por fim, Campbell (1960) explana que os indivíduos com maior escolaridade e maior envolvimento político apresentam um posicionamento ideológico mais estruturado a partir das suas orientações valorativas. Ademais, Carreirão (2002) explana que existe uma relação entre os níveis educacionais e uma respectiva conceituação da dicotomia esquerda e direita para o eleitor brasileiro. A partir dessas ideias, é esperado que os níveis de escolaridade estejam associados a um maior encaixe entre valores e posicionamento na escala esquerda-direita (Hipótese 4).

Nos quadros 5 estão as variáveis que foram usadas para os cálculos estatísticos, para testar as nossas hipóteses.

Quadro 5
Variáveis independentes: Valores

VARIÁVEIS	PERGUNTAS	ESCALAS
Valores Socioeconômicos	(A) O quanto o(a) Sr(a) aceitaria que se aumentem os impostos e/ou que o país se endivide para financiar obras de infraestrutura que favoreçam a integração do país com o mundo (obras como pontes, estradas, aeroportos, portos). Em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa “Nenhum aumento” e 10 significa “Todo o aumento necessário”. Onde o(a) Sr(a) se localizaria ou não sabe o suficiente para opinar?	1 = NENHUM AUMENTO 10= TODO O AUMENTO NECESSÁRIO
Valores morais e religiosos	(B) Por favor, usando este anexo, o(a) sr(a) acredita que o aborto pode sempre ser justificável ou nunca pode ser justificável ou se sua opinião está em algum ponto no meio, onde o 1 significa “nunca se	1 = NUNCA SE JUSTIFICA 10 = SEMPRE SE JUSTICA

	justifica” e 10 significa “Sempre se justifica”, qual seria sua opinião?	
	(C) Com o casamento entre pessoas do mesmo sexo;	1 – Concorda totalmente; 2 – Concorda; 3 – Discorda; 4 – Discorda totalmente
Nova política	(D) Aqui está uma lista com alguns temas, gostaria que o(a) sr(a) me dissesse, entre eles, quais são os mais importantes para o desenvolvimento do país:	1 – Citou. 2 - Não citou: 3 - Meio Ambiente; 5 – Infraestrutura; 6 – Instituições; 7 - Integração com o mundo; 8 – Políticas sociais; 9 – Não sabe responder
	(E) Vêm para disputar nossos postos de trabalho	1 – Concorda totalmente; 2 – Concorda; 3 – Discorda; 4 – Discorda totalmente
	(F) Deveria haver uma lei que impeça que eles entrem no país	1 – Concorda totalmente; 2 – Concorda; 3 – Discorda; 4 – Discorda totalmente

Nota: Elaboração Própria com base no questionário do Latino barômetro.

2.3 Dados e Procedimentos Estatísticos

Como anteriormente comunicado, este estudo foi conduzido a partir da análise de dados secundários do Latino-Barómetro. A base utilizada conta com 20250 participações de entrevistados no ano de 2015, agrupadas em 1000 a 1250 participações por país da América Latina. De acordo com o objetivo do estudo, a pesquisa considerou as respostas do Brasil (1250).

A variável dependente deste estudo é o posicionamento ideológico, com escala entre 0 e 10. Para atender ao objetivo do estudo, a variável foi transformada nas categorias Esquerda (respostas 0 a 4) e Direita (respostas 6 a 10). As demais respostas não nulas foram desconsideradas por representar posição de centro. Ao final da análise dos dados, restaram 450 participações de entrevistados do Brasil, no ano de 2015, com posições políticas de esquerda ou direita.

Com o intuito de avaliar a capacidade dos fatores e valores do estudo no posicionamento político dos respondentes, foram utilizados o teste de Qui-Quadrado e o teste de Fisher, já que a relação entre as variáveis de interesse foi medida a partir da avaliação do nível de associação da variável dependente com as demais variáveis independentes, já que é usado para medir a divergência na repartição de dados, determinando a associação entre variáveis categóricas. Corroborando para identificar se o posicionamento do eleitor brasileiro tem uma associação com as variáveis explicativas selecionadas.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Para estudar a primeira hipótese, analisamos a relação entre o posicionamento ideológico dos inquiridos no inquérito Latino-Barômetro de 2015 e as variáveis independentes Nível Educacional, Classe Social Subjetiva e Nível Socioeconômico.

Não foi possível observar associação estatística significativa entre o nível de escolaridade e o posicionamento político declarado pelos entrevistados (teste exato de fisher⁶, p-valor = 0,276). Na Figura 1, observamos, entretanto, que no caso dos inquiridos com baixa ou média escolaridade há uma prevalência da direita. Apesar das diferenças serem menores, entre os inquiridos com alta escolaridade a maioria também expressa um posicionamento mais à direita.

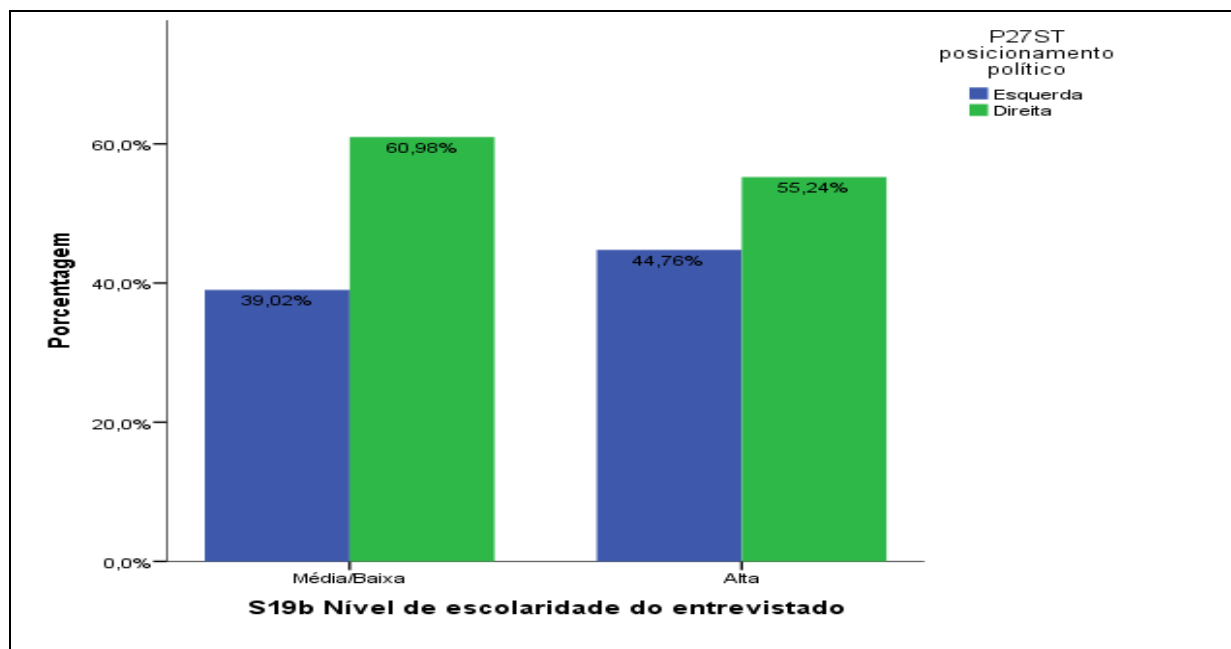


Figura 1. Relação entre nível de escolaridade e posicionamento ideológico.

Na Figura 2, constatamos que dentre as pessoas de Classe Social Baixa, 41,28% possuem posicionamento político de esquerda e 58,72% de direita. Para a Classe Média, os valores ficaram em torno de 46,58% à esquerda e 53,42% à direita. É de se destacar o fato de dois terços dos indivíduos que se descrevem como sendo de Classe Média Alta ou Alta posicionam-se à direita. Assim, é possível perceber que, apesar da tendência geral para todas

⁶ O teste de Fisher é usado pra tabelas 2x2. Ele utiliza o cálculo exato da probabilidade, e não uma aproximação assintótica, como o Qui-Quadrado.

as classes se situarem mais à direita, há também uma tendência para que quanto mais elevada é a classe social subjetiva, mais forte se mostra uma tendência de posicionamento à direita no espectro ideológico, embora não se tenha observado associação significativa ($\chi^2 = 3,236$; p-valor = 0,519).

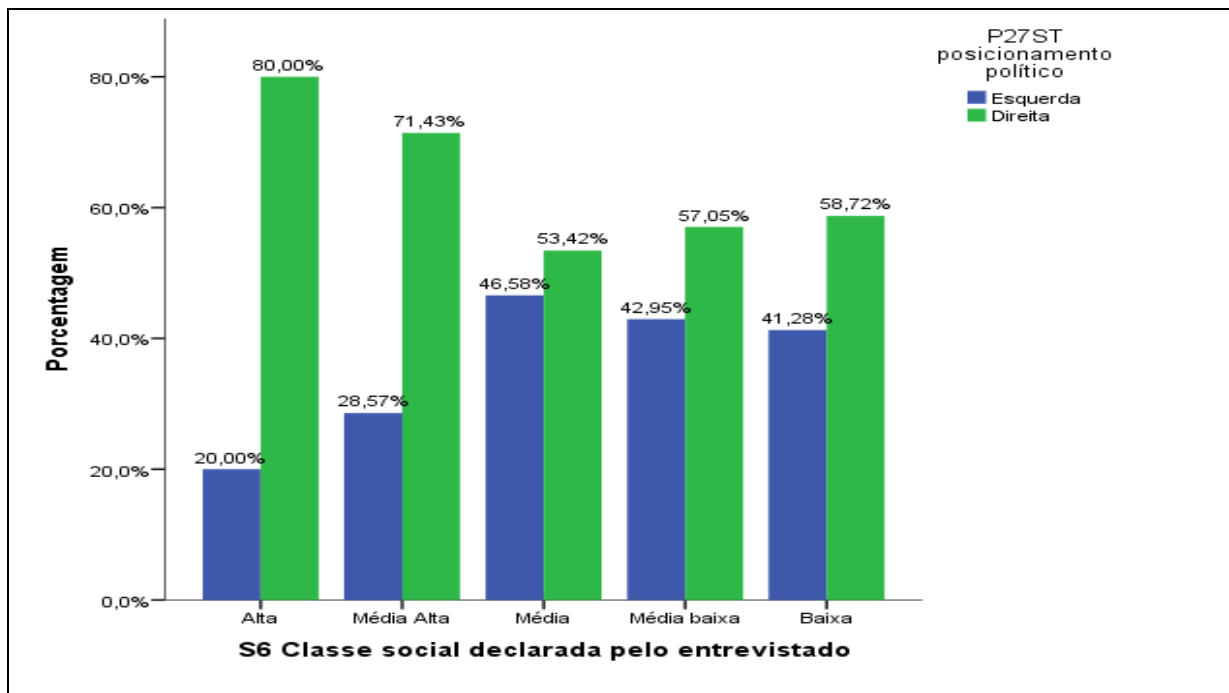


Figura 2. Relação entre classe social subjetiva e posicionamento ideológico.

Na Figura 3, verificamos que há uma prevalência da direita em todos os grupos socioeconômicos, ainda que mais explícita entre os que possuem uma situação econômica muito boa e ruim ou muito ruim. Mais uma vez, não há uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis ($\chi^2 = 4,37$; p-valor = 0,358).

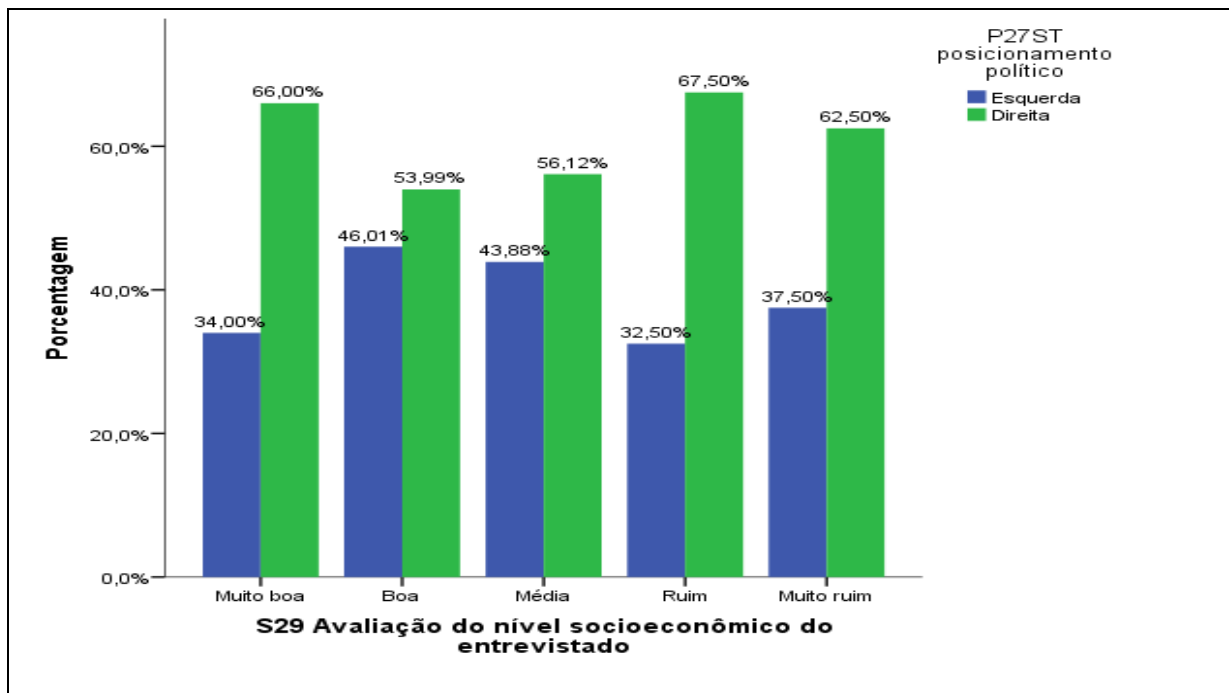


Figura 3. Relação entre nível socioeconômico e posicionamento político.

Dessa forma, a primeira hipótese apresentada neste trabalho não foi confirmada. Não há diferenças significativas no posicionamento ideológico dos eleitores brasileiros com base nas suas posições sociais.

Para testar a segunda hipótese, analisamos a relação entre o Posicionamento Ideológico e os Valores Morais e Religiosos e Valores Socioeconômicos. Os dados apresentados nas duas figuras seguintes referem-se a indicadores do primeiro sistema de valores: atitudes face ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Com relação à variável «Aborto se justifica?», na Figura 4, entre os inquiridos que responderam “*nunca se justifica*”, 42,18% colocaram-se à esquerda, e à direita 57,82%. Já no caso de quem diz que o aborto “*sempre se justifica*”, há novamente uma maior porcentagem de inquiridos de direita, o que demonstra uma falta de coerência entre o auto posicionamento e o tema abordado.

Entretanto, quando analisamos o teste Qui-Quadrado, verificamos que não existe uma diferença no posicionamento ideológico dos brasileiros com base em suas atitudes em relação ao aborto ($\chi^2(9) = 11,624$; p-valor = 0,235).

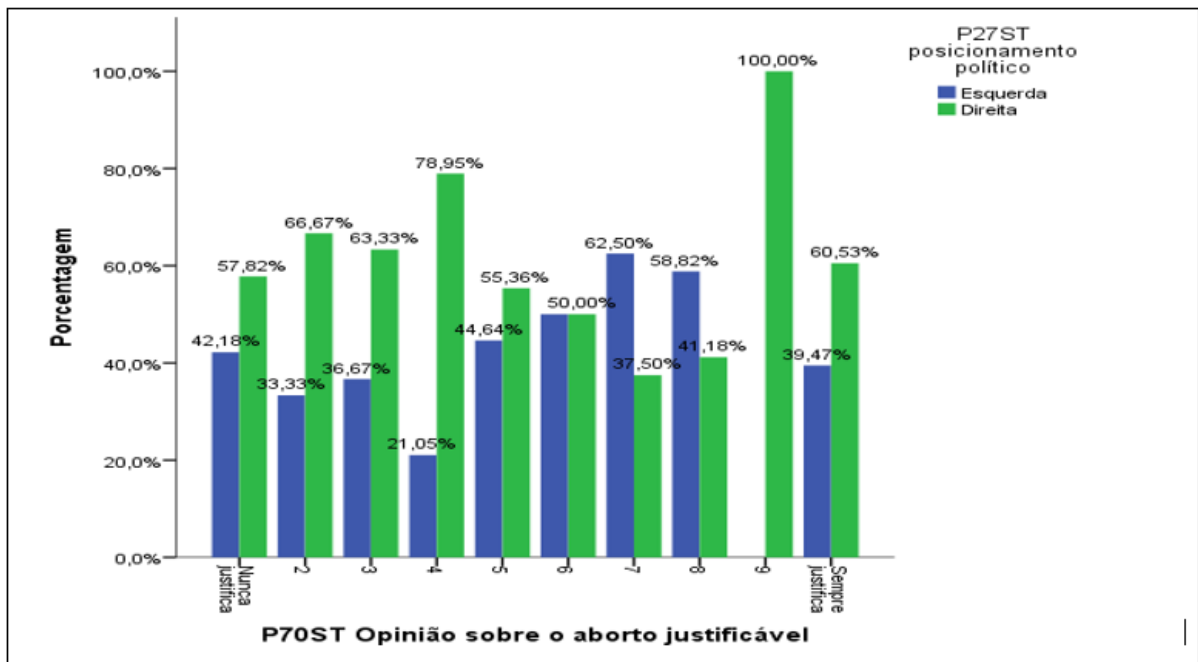


Figura 4. Distribuição do posicionamento político pela variável “aborto se justifica?”.

Quanto às atitudes face ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ($\chi^2 = 2,045$; p-valor = 0,563), os inquiridos estão mais à direita do que à esquerda independentemente da opinião face a este assunto (Figura 5). Essa situação nos encaminha ao entendimento de que o eleitor brasileiro não interliga de maneira substancial este ponto em concreto e o significado real dos termos esquerda e direita em termos valorativos.

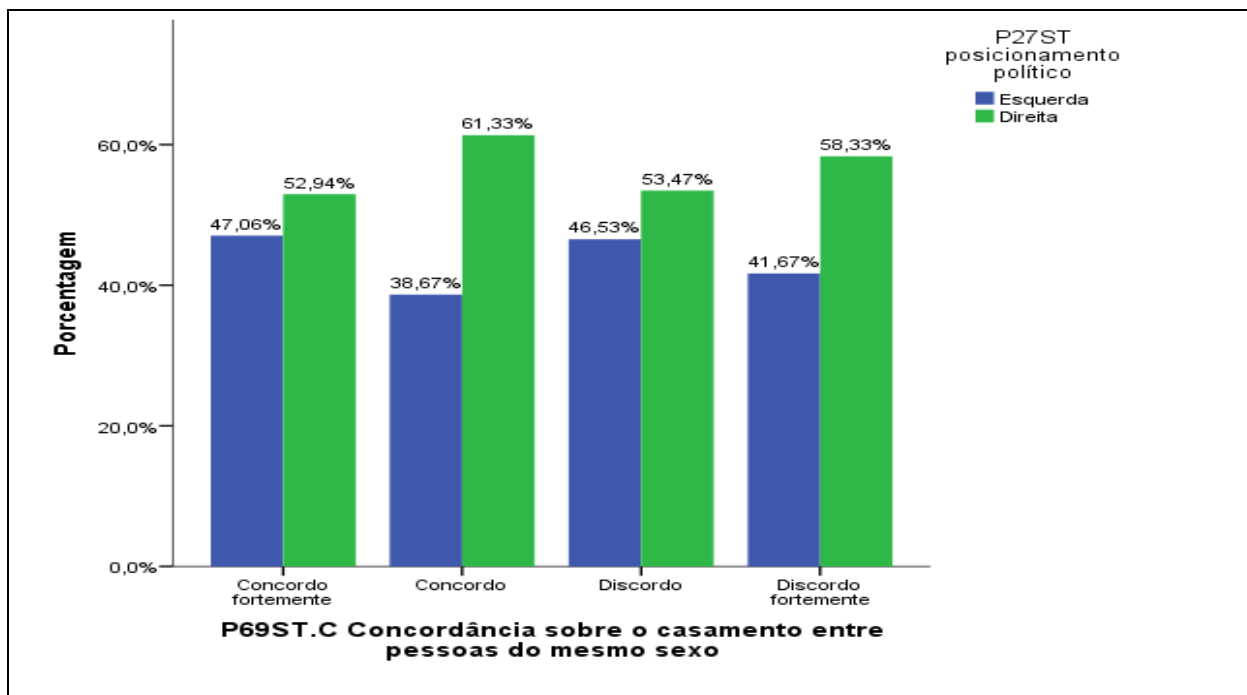


Figura 5. Distribuição do posicionamento político pela variável casamento de pessoas do mesmo sexo.

Passemos agora aos valores socioeconômicos. Relativamente à variável «Aumento de impostos com vista à melhoria das infraestruturas do Estado brasileiro», observamos que os inquiridos, em sua maioria, se concentram na direita do espectro ideológico, independentemente da sua posição sobre o tema, como se pode verificar na figura 6, o que não vem de acordo com o que a direita prega sobre a diminuição de impostos e a não interferência do Estado na economia.

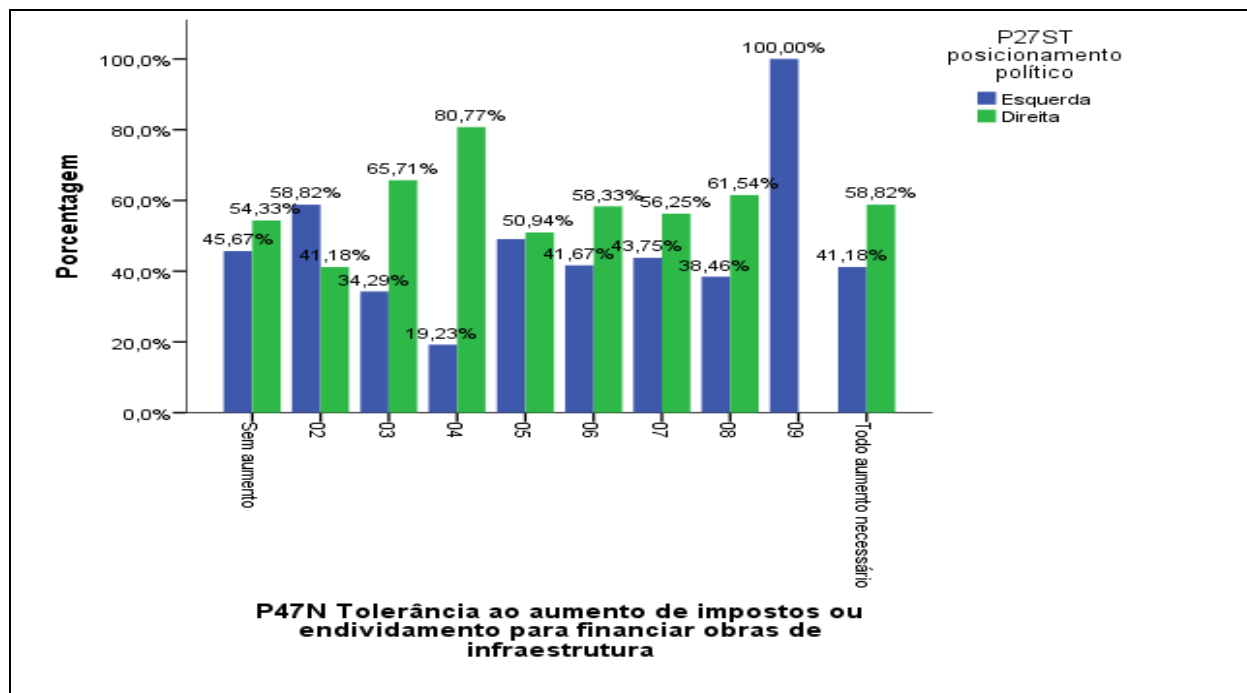


Figura 6. Tolerância ao aumento de impostos ou endividamento para financiar obras de infraestrutura.

Assim, no caso brasileiro, os valores morais e religiosos têm a mesma relevância para explicar o posicionamento que os valores socioeconômicos, ou seja, nenhuma, devido à correlação do posicionamento ideológico com os valores socioeconômicos serem baixas ($\chi^2 = 4,370$; p -valor = 0,358). A segunda hipótese é, assim, rejeitada.

Para testar a terceira hipótese, analisamos a relação entre as seguintes variáveis e o posicionamento ideológico: o impacto que os cidadãos de outros países que vêm morar no Brasil, se eles vêm para competir por nossos trabalhos, e se deve existir uma lei que os impeça de entrar no país, fazendo com que países ricos tenham mais responsabilidade em aceitá-los do que países mais pobres, além das variáveis: Meio Ambiente; Infraestrutura; Instituições; Integração com o Mundo e Políticas Sociais.

Na figura 7, a respeito da variável Temas importantes para o desenvolvimento do país, verificamos que não existe muita coerência com os concernentes espectros ideológicos, pois, para o tema “meio ambiente”, em porcentagens, a maioria fica um pouco mais propensa à

direita, com o valor de 58,09% ($\chi^2(1) = 0,643$; p-valor = 0,215). O mesmo acontece no caso dos outros temas: instituições, ($\chi^2 = 1,331$; p-valor = 0,249); integração com o mundo, ($\chi^2 = 0,607$; p-valor = 0,264); e políticas sociais ($\chi^2(1) = 0,344$; p-valor = 0,894). A única exceção diz respeito ao tema da infraestrutura ($\chi^2(1) = 0,904$; p-valor = 0,014), em que quem o citou como problema mais importante do Brasil se posiciona majoritariamente à direita. Percebe-se, assim, um desequilíbrio quanto ao auto posicionamento do eleitor brasileiro e suas preferências quanto aos temas abordados, como já explicado anteriormente.

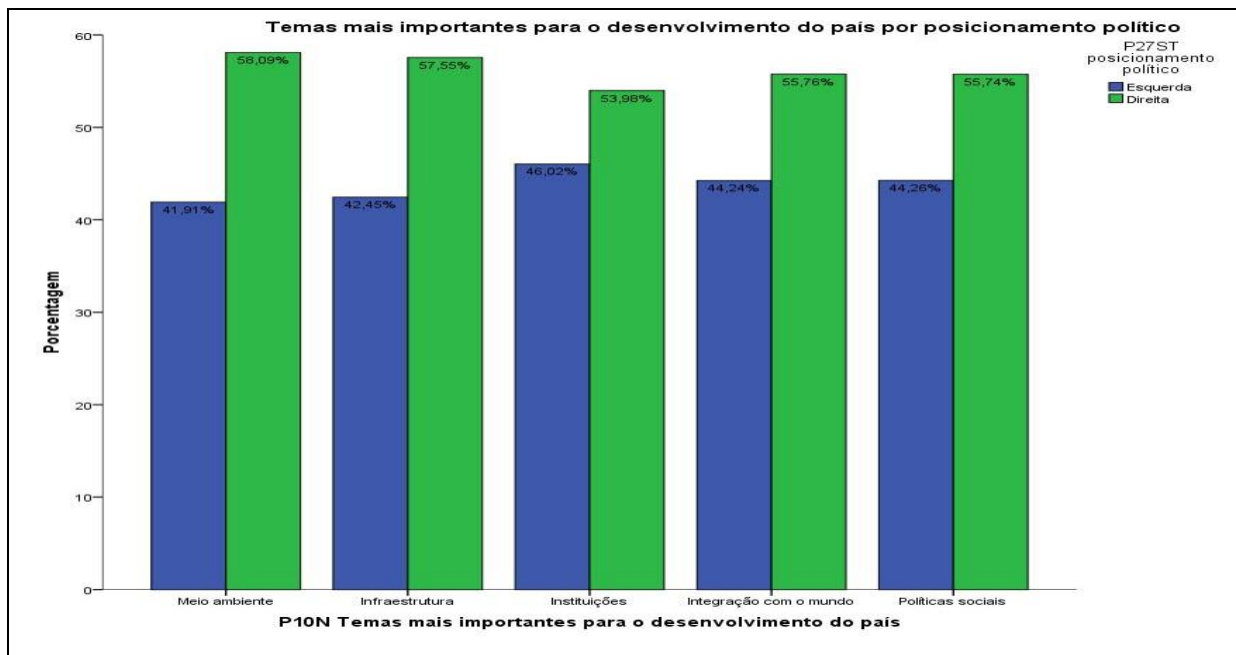


Figura 7. Tema mais importante para o desenvolvimento do país.

Quando verificamos a variável «Imigrantes Disputam os Nossos Postos de Trabalho» (Figura 8), os inquiridos que concordam fortemente estão mais localizados à direita do espectro ideológico, com uma percentagem de 90,48%. No entanto, na opção “discorda totalmente”, há um baixo número de inquiridos de esquerda e uma maioria de 75,00% de direita. Não há, por isso, uma associação significativa entre o auto posicionamento e as atitudes face a esta questão ($\chi^2 = 4,305$; p-valor = 0,366).

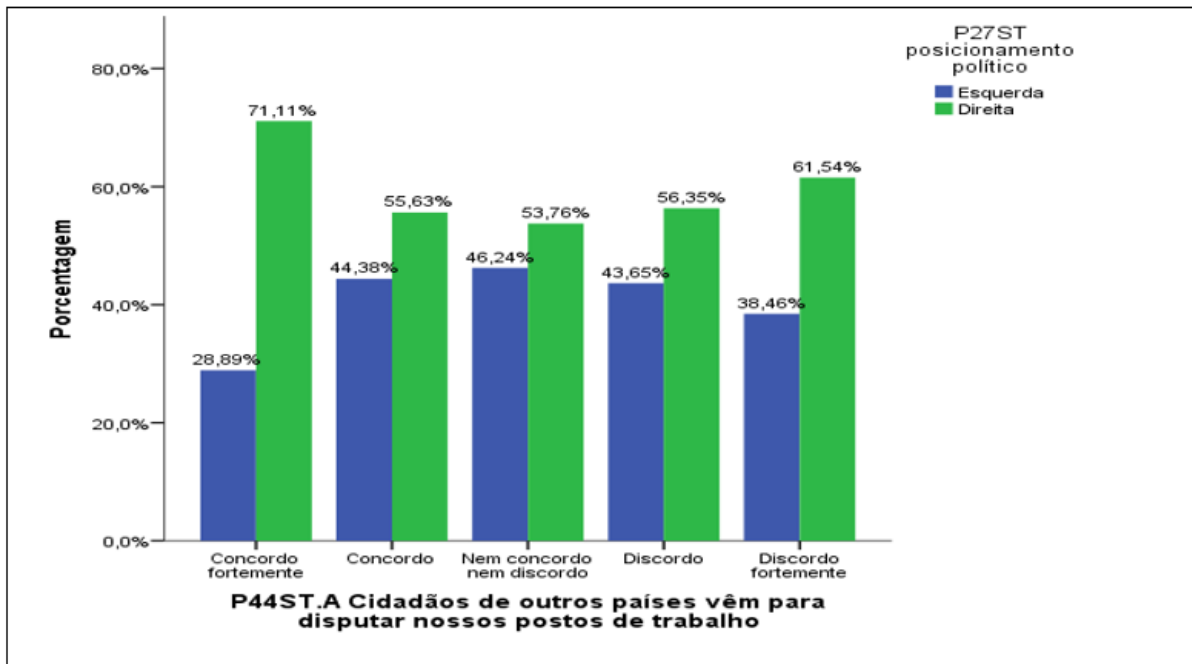


Figura 8. Imigrantes competem por postos de trabalho.

Para a variável «Deveria existir lei para evitar a entrada de imigrantes no país», na figura 9, fica ainda mais evidente a inexistência de uma relação com o auto posicionamento ideológico da população brasileira. Nas opções “concorda totalmente” e “concorda” houve, respectivamente, 67,65% à direita e 32,35% à esquerda, e 51,55% à direita e 48,45% à esquerda; são similares os valores nas categorias relativas à discordância ($\chi^2 = 5,625$; p-valor = 0,229).

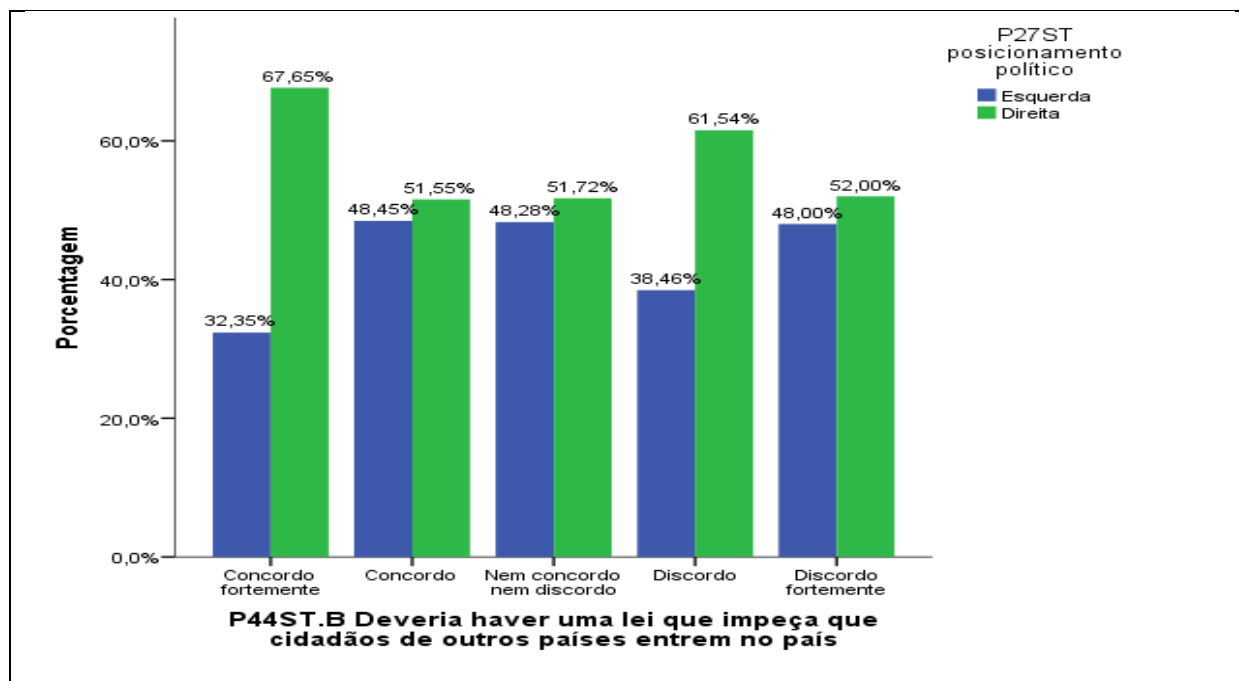


Figura 9. Deveria existir Lei para evitar a entrada de imigrantes no país.

Na figura 10, para a variável «Países ricos devem aceitar imigrantes de países pobres», em todas as opções mostradas a percentagem de inquiridos que se auto localizaram à direita da dicotomia foi maior, não se podendo, por isso, observar associação entre as variáveis ($\chi^2 = 4,095$; p-valor = 0,393).

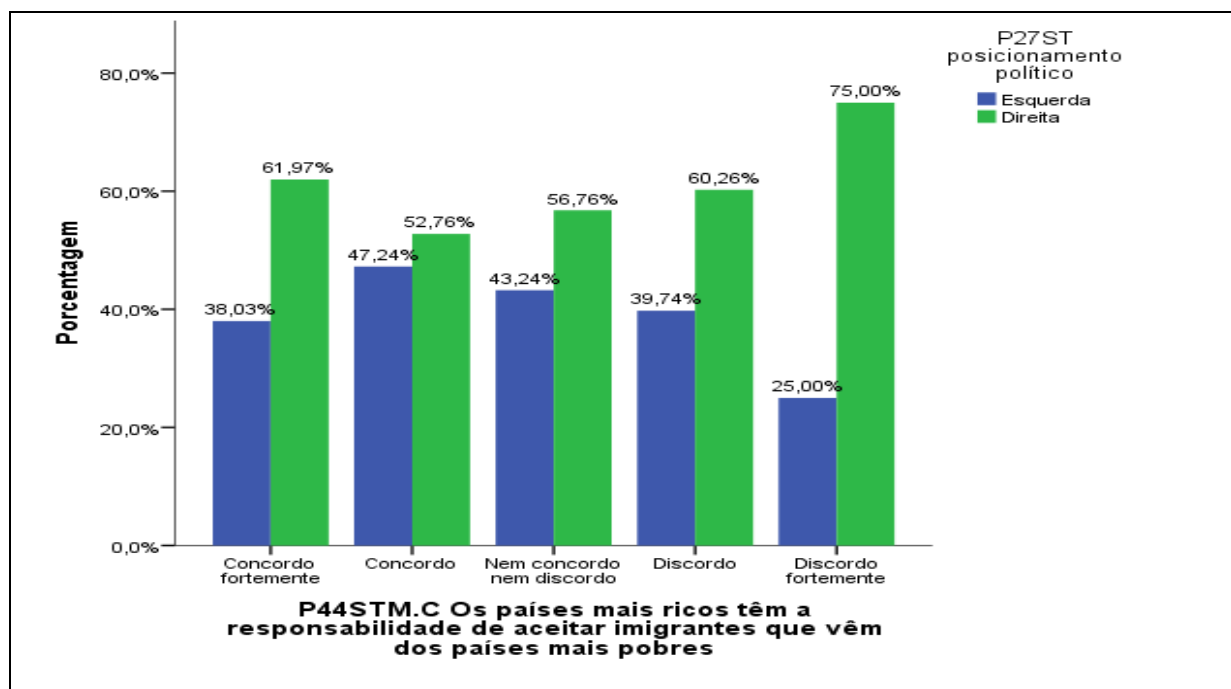


Figura 10. Países ricos devem aceitar imigrantes de países pobres.

Assim, a nossa terceira hipótese não se confirma, não havendo uma relação entre o posicionamento do eleitor brasileiro para a dicotomia esquerda-direita e os valores da nova política.

Para estudar a quarta hipótese, analisamos a relação entre todas as variáveis até aqui analisadas e o auto posicionamento político, depois de termos dividido a base de dados em dois grupos: eleitores com baixo/médio nível de escolaridade (pessoas sem estudos até 10 anos de estudos) e eleitores com níveis de escolaridade alta (pessoas com 11 anos ou mais de estudos).

Para Carreirão (2002) o grau de escolaridade e a compreensão quanto à dicotomia esquerda e direita estariam ligados, o que também está de acordo com o que a maioria dos estudos internacionais explanam. Entretanto, como apresentado em nossos resultados, não existe diferença ideológica na ancoragem social ou valorativa entre o grupo de escolaridade baixa/média e o grupo de escolaridade alta (Quadros 6 e 7). Nos dois casos, essa ancoragem é virtualmente inexistente.

RÓTULO	TESTE	P-VALOR
Classe social subjetiva	X	
Avaliação do nível socioeconômico dos entrevistados	Qui-quadrado	0,06
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Meio Ambiente	Fisher	0,742
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Infraestrutura	Fisher	0,874
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Instituições	Fisher	0,607
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Integração no mundo	Fisher	1
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Política social	Fisher	0,415
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Nenhuma das anteriores	Fisher	0,649
Cidadãos de outros países: competir por nossos empregos	Qui-quadrado	0,025
Cidadãos de outros países: Lei que os impedia de entrar	Qui-quadrado	0,578
Cidadãos de outros países: países mais ricos - aceita imigrantes dos países mais pobres	Qui-quadrado	0,862
Os impostos são aumentados	Qui-quadrado	0,655
Grau de concordância: casamento entre pessoas do mesmo sexo	Qui-quadrado	0,458
Escala de justificativa: aborto	X	

Quadro 6. Relação entre Auto Posicionamento, Bases Sociais e Valores para Indivíduos com Escolaridade Média-Baixa.

RÓTULO	TESTE	P-VALOR
Classe social subjetiva	Qui-quadrado	0,492
Avaliação ou nível socioeconômico dos entrevistados	X	
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Meio Ambiente	Fisher	0,701
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Infraestrutura	Fisher	0,899
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Instituições	Fisher	0,404
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Integração no mundo	Fisher	0,541
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Política social	Fisher	0,703
Coisas mais importantes para o desenvolvimento do seu país: Nenhuma das anteriores	Fisher	0,659
Cidadãos de outros países: competir por nossos empregos	Qui-quadrado	0,971
Cidadãos de outros países: Lei que os impedia de entrar	Qui-quadrado	0,512
Os impostos são aumentados	X	
Grau de concordância: casamento entre pessoas do mesmo sexo	Qui-quadrado	0,881
Escala de justificativa: aborto	X	

Quadro 7. Relação entre Auto Posicionamento, Bases Sociais e Valores para Indivíduos com Escolaridade Alta.

CONCLUSÕES

O objetivo da nossa pesquisa foi entender como o eleitor brasileiro se posiciona de forma ideológica, a partir de valores socioeconômicos, morais e religiosos, a *nova política* e as suas bases sociais. Para tanto, foram utilizados dados de inquérito recolhidos pelo Latino-Barômetro para compreender as analogias que existem entre os precedentes causais e os significados ideológicos da dicotomia esquerda-direita. Constatamos que a maioria do eleitorado brasileiro que se auto posicionou à direita e à esquerda do espectro ideológico mostrou-se incoerente com o que a literatura especializada observa sobre os valores associados a cada ideologia - dado importante, porque podemos identificar que o brasileiro pode não saber o real significado dessa dicotomia, como apresentado por Tarouco e Madeira (2011) e Singer (2000).

Os indicadores nos mostraram que há uma baixa correlação ideológica entre o auto posicionamento e os temas abordados com os entrevistados.

Primeiramente, a partir dos três eixos de valores estudados, apresentamos possíveis problemas pertencentes ao posicionamento ideológico do eleitor brasileiro, o que não vem de encontro ao que autores como Almeida (1998), Singer (2000), Carreirão (2002) e Tarouco e Madeira (2011) constataram em suas pesquisas as relações entre o auto posicionamento e os atinentes valores. Em quase todos os temas abordados com os entrevistados, verificou-se incoerência com relação às variantes estudadas, o que nos leva a entender que o posicionamento do eleitor brasileiro muitas vezes não tem correlação com suas preferências políticas. Conjetura-se que, mesmo que o eleitor se auto posicione à esquerda ou à direita da dicotomia, não implica necessariamente que ele saiba o significado dessas nomenclaturas. Ademais, o formato em que as pesquisas de opinião pública estão elaboradas, no que tange à ideologia, podem não ter relação direta com o conhecimento do inquirido a respeito dos temas e suas significações.

Aferimos que os inquiridos têm uma ideia abstrata sobre o significado da dicotomia esquerda-direita, pois, na maioria das hipóteses testadas, demonstrou-se não haver relação com a posição social e as preferências valorativas, o que pode evidenciar falta de entendimento quando se auto afirma como “de esquerda” ou “de direita”. Essa ambiguidade teve seu início a partir dos conflitos sociais pós - Segunda Guerra Mundial e que se alastraram com novos *issues* depois do golpe militar de 1964.

Ademais, Inglehart (1997) havia explicado que a posição social de um indivíduo em uma estabelecida classe social colabora para explicar o seu auto posicionamento, algo que não verificamos neste trabalho. Ao analisarmos a Hipótese-2, tendo em vista o que Freire (2006)

salienta a respeito do arcabouço ideológico dos indivíduos (nomeadamente os valores socioeconômicos podem se sobressair em relação aos valores morais), contudo, verificamos o contrário no caso brasileiro, pois nenhum dos grupos de valores demonstrou ter uma associação com o posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro. Para a nossa Hipótese-3, analisámos a relação do posicionamento ideológico com temas como atitude xenófoba face aos imigrantes, e posicionamento contrário aos direitos iguais entre minorias sexuais, que teoricamente estão ligados à “nova direita”, como já exposto por Inglehart (1997) e Kistschelt (1995): nova esquerda, há a defesa do aborto, da homossexualidade e da imigração, por exemplo. No entanto, também aqui não se verificou qualquer associação. Na última hipótese testada, com base em Campbell (1960), que explica que quanto mais escolaridade o sujeito tiver, maior será seu envolvimento político e conseqüentemente maior coerência no seu posicionamento ideológico, também não obtivemos confirmação, uma vez que o indivíduo que tem mais estudos não compreende mais sobre o universo político do que os eleitores com baixa escolaridade; isso indica que eles não sabem diferenciar a dicotomia esquerda-direita de maneira clara. Singer (2000) vem corroborar com o nosso entendimento quando coloca que 60% do eleitorado brasileiro não sabe fazer essa distinção, uma vez que o interesse do brasileiro por política é limitado. Ainda de acordo com o autor, por mais que o eleitor seja exposto aos meios de comunicação, ainda assim tem uma ideia confusa dos significados sobre os termos esquerda e direita.

Os estudos que já foram realizados sobre a incapacidade de o eleitor brasileiro entender o significado do espectro ideológico esquerda e direita têm alguns fatores institucionais que estão ligados a esse arcabouço, como a falta de um sistema político mais bem estruturado; incoerência entre as ações e comportamentos dos parlamentares e os programas dos partidos políticos; alianças entre legendas políticas com escopos ideológicos distintos; sistema de votação em lista aberta, em que o eleitor brasileiro vota em um partido e, conseqüentemente, nos candidatos dessa lista, o que resulta na predominância de personalidades políticas; inúmeras mudanças de partidos realizadas pelos parlamentares, inclusive migrando de um espectro ideológico a outro, e a falta de objetivos mais claros dos programas partidários (Ferreira et al., 2008; Tarouco e Madeira, 2011; Carreirão, 2002; Meneguello, 2010). Sendo assim, entende-se que o auto posicionamento do eleitor brasileiro na dicotomia esquerda-direita está mais ligado a vínculos simbólico-afetivos do que a um norteamento consolidado.

Por fim, esta pesquisa não tem como objetivo ser um modelo definitivo do significado dos espectros ideológicos da esquerda e da direita no Brasil, contudo, buscamos a realização de um debate mais amplo e com vários atores da sociedade brasileira com o intuito de esclarecer

e tornar sua significância mais acessível para o povo brasileiro dentro dessa jovem democracia. As conclusões aqui levantadas sobre o eleitor brasileiro tem o intuito de que essas caracterizações sejam exploradas e difundidas por áreas diversas da educação governamental e social por se tratar de um tema bastante discutido na ciência política e que não pode se exaurir, mas, sim, fomentar estudos direcionados a ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. (1998). *Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução nas pesquisas de opinião de 1994*. São Paulo: Xamã.
- Aron, R. (1987). *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes / Unb.
- Baker, A., & Greene, K. F. (2011). The Latin American left's mandate: free-market policies and issue voting in new democracies. *World Politics*, 63(1), 43-77.
- Barton, W. E., & Barton, G. M. (1984). *Ethics and law in mental health administration*. Nova Iorque: International Universities Press.
- Bell, D. (1996). *The end of ideology on the exhaustion of political ideas in the fifties, with "the resumption of history in the new century"*. Detroit: Free Press.
- Benevides, M. V. M. (1989). *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense.
- Benoit, K., & Laver, M. (2006). *Party policy in modern democracies*. Londres: Routledge.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Bonifácio, R., Caselecchi, G., & Freitas, V. (2014). *O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos (1989-2010)*. Curitiba: Editora Íthala.
- Brandão, G. M. (1997). *As duas almas do Partido Comunista – 1920/29164*. São Paulo: Hucitec.
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, (74), 25-45.
- Bryman, A. (1989). *Research methods and organization studies*. Londres: Routledge.
- Burni, A., Claret, A., & Fraiha, P. (2014). Valores pós-materialistas e democracia: Brasil e Uruguai em perspectiva comparada. *Em Debate: periódico de opinião pública e conjuntura política*, 6(3), 60-82.
- Cahen, L. (1970). *Condorcet et la revolution française*. Genebra: Slatkine.
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E., & Stokes, D. E. (1960). *The american voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- Carreirão, Y. S. (2002). *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio de Janeiro: Ed. FGV.

- Castro, M. M. M. (1994). *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Converse, P. E. (1964). The nature of belief systems in mass publics. In Apter, D. E. (Ed.), *Ideology and Discontent* (pp. 206-261). Nova Iorque: The Free Press.
- Döpcke, W. (2001). *Back to the future: relações entre a União Européia e a África sob o signo do neoliberalismo*. Brasília: Correio Internacional.
- Downs, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- Eatwell, R. (1992). *The nature of the right: european and american politics and political thought since 1789*. Londres: Pinter.
- Faria, V. S. (2013). Eleições no império: considerações sobre representação política no segundo reinado. *Simpósio Nacional de História*, 27, 20-37.
- Ferreira, D. P., Batista, C. M., & Stabile, M. (2008). A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, 14(2), 432-453.
- Figueiredo, M. (1991). *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré.
- Fiorina, M. P. (1981). *Retrospective voting in american national elections*. New Haven: Yale University Press.
- Fleischer, D. (1998). *Brazilian political parties and party systems, 1945-1997*. Washington, DC: George Washington University.
- Freire, A. (2005). *Comportamentos e atitudes políticas 1973-2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A. (2006). *Esquerda e direita na política europeia Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A., Lobo, M., & Magalhães, C. P. (2007). *Comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses: eleições e cultura política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A. (2009). A esquerda europeia ante os dilemas da imigração. *Sociologia*, 19, 255-279.
- Fuchs, D., & Klingemann, H.-D. (1990). The Left-Right Schema. In Jennings, M. K., Deth, J. V. et al., *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies* (203-234). Berlim; Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gauchet, M. (1997). Right and Left, In Pierre, N., Lawrence, D. (Eds.), *Realms of memory: conflicts and divisions* (231-277). Nova Iorque: Columbia University Press.

- Gerring, J. (1997). Ideology: A definitional analysis, *Political research quarterly*, 50(4), 957-994.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP.
- Heidegger, M. (1998). *Ser y tempo*. Chile: Editorial Universitaria.
- Heywood, A. (2003). *Political ideologies. An introduction*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Hippolito, L. (1985). *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. (2010). *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Inglehart, R., & Klingemann, H.-D. (1976). Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics. In Ian B., Ivor C. & Dennis F. eds. *Party identification and beyond* (234-273). Londres: John Wiley.
- Inglehart, R., & Klingemann, H.-D. (1997). *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton; Nova Jérícia: Princeton University Press.
- Jost, J. T., Nosek, B. A., & Gosling, S. D. (2008). Ideology: Its resurgence in social, personality, and political psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 3(2), 126-137.
- Kinder, D. (1998). Opinion and action in the realm of politics. In G., Daniel, F., Susan, & Gardner, L. (eds.), *The Handbook of Social Psychology* (778-876). Boston: McGraw-Hill.
- Kitschelt, H., Dimitar D., & Asen K. (1995). The structuring of the vote in post-communist party systems: the bulgarian example', *European Journal of Political Research* 27 (2): 143-160.
- Knight, K. (1985). Ideology in the 1980 election: ideological sophistication matters. *Journal of Politics* 47: 828-53.
- Knutsen, O., & Scarbrough, E. (1995). Cleavage politics, In Deth, J. W. & Scarbrough E. (Eds.), *The impact of values* (492-523). Oxford; Nova Iorque: Oxford University Press.
- Konder, L. (2002). A questão da ideologia em Marx. In Konder, L. *A questão da ideologia* (30-50). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lamounier, B., & Cardoso, F. H. (org) (1975). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lane, R. (1962). *Political ideology*. Nova Iorque: Free Press.
- Laponce, J. A. (1981). *Esquerda e direita: a topografia das percepções políticas*. Toronto: University of Toronto Press.
- Larrain, J. (1983). *Marxism and ideology*. Londres: Macmillan.

- Leal, V. N. (1975). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2a ed. São Paulo: Alfa-Omega.
- Lipset, S. M., & Stein R. (1997). Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores, In M. L., Seymour. *Consenso e Conflito* (161-259). Lisboa: Gradiva.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social*, volume 2. São Paulo: Boitempo.
- Mainwaring, S., & Scully, T. (Eds.). (1995). *Building democratic institutions: party systems in latin america*. Stanford: Stanford University Press.
- Mair, P. (2001). Searching for the positions of political actors: a review of approaches and an evaluation of expert surveys, In Laver, M. *Estimating the policy position of political actors* (10-30). Londres: Routledge.
- Meneguello, R. (2010). Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In Moisés, J. A. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas* (123-148). São Paulo: EDUSP.
- Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Moreno, A. (2013). La libertad de elegir: comparando América Latina con otras regiones del mundo In Carballo, M., Moreno, A. (Org.). *El cambio de valores en América Latina: hallazgos de la encuesta mundial de valores* (85-125). México: D.F.
- Mullins, W. A. (1972). On the concept of ideology in political science. *American Political Science Review*, 66(2), 498-510.
- Neves, L. (2005). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Nogueira, M. A. (2015). Ideologia. In G. D., Giovanni, Nogueira, M. A. (Org.). *Dicionário de políticas públicas* (440-448). São Paulo: Editora da UNESP.
- Oliveira, C., & Turgeon, M. (2014). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, 21(3), 574-600.
- Oskarson, M. (2005). Social structure and party choice, In Thomassen, J. eds. *The European Voter. A comparative study of modern democracies* (9-16). Oxford: Oxford University Press.
- Pereira, C., & Renno, L. (2003). Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. *Electoral Studies*, 22(3), 425-448.
- Popkin, S. L. (1991). *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago; Londres: University of Chicago. Press.
- Power, T., & Zucco., Jr. C. (2009). Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990–2005: A research communication. *Latin American Research Review* 44(1): 218-246.

- Radmann, E. R. H. (2001). *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento*, Eleitoral. UFRGS, *Dissertação de Mestrado*.
- Reis, F. W. (org.) (1978). *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo.
- Ribeiro, E. (2007). Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, (28), 205-219.
- Samuels, D. J., & Lucas, K. (2011). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Sartori, G. (1969). Politics, ideology, and belief systems. *The American Political Science Review*, 63(2), 398-411.
- Schwarz, N., & Bohner, G. (2001). The construction of attitudes. In Tesser, A. & Schwarz, N. (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intraindividual Processes* (436-457). Oxford: Blackwell.
- Segrillo, A. (2004). A confusão esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 47(3): 615 – 632.
- Silveira, F. (1998). *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: EdipucRS.
- Singer, A. (2000). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: EDUSP.
- Souza, M. C. C. (1988). *A nova república sobre a espada de Dâmocles: democratizando o brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Souza, M. C. C. (1988). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Tarouco, G., & Madeira, R. (2011). Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual, *Revista Pós Ciências Sociais*. 8(15). 45-61.
- Turgeon, M., & Rennó, L. (2010). Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. *Opinião Pública*, 16(1), 143-159.
- Vecchiatti, P. R. I. (2013). *Manual da homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos*, 2. ed. *Rev. Atual*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método.
- Weffort, F. C. (1980). *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Weil, Eric. (2011). *Filosofia moral*. São Paulo: Editora Realizações. Welzel, C., & Inglehart, R. (2006). Emancipative values and democracy: response to Hadenius and Teorell. *Studies in Comparative International Development*, 41 (3): 74-94.

- Wiesehomeier, N., & Benoit, K. (2007). Presidents and parties in policy space: expert surveys of policy positions in 18 Latin American countries. *Manuscrito não publicado, University of Konstanz*.
- Willems, E. C. (1961). *Uma vila brasileira*, 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Wood, T., & Oliver, E. (2012). Toward a more reliable implementation of ideology in measures of public opinion. *Public Opinion Quarterly*, 76(4), 636-662.
- Zucco J. R. C. (2011). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In Power, T. J. & Zucco J. R. *O Congresso por ele mesmo: auto percepções da classe política brasileira* (37,60). Belo Horizonte: Editora UFMG.